

Sumário

Número de notícias: 54 | Número de veículos: 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estrangeiros retiram R\$ 30 bilhões da Bolsa brasileira - MERCADO S/A.....5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova Perse com 30 atividades e R\$ 15 bi de renúncia.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova projeto de lei para o Perse.....8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova projeto que altera o Perse.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova limite de R\$ 15 bilhões para o Perse.....10

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara prorroga benefício a setor de eventos.....12

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputados aprovam programa para setor de eventos com teto de R\$ 15 bilhões.....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal atinge R\$ 190,6 bilhões em março.....14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação bate recorde, com alta de 7,22% em março.....16

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal bate recorde em março.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fintechs podem apurar IR pelo lucro presumido.....19

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 40% dos contribuintes entregaram declaração do IR.....21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo eleva tarifas de importação em 25%.....22

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aprovada redução do IR para motoristas de aplicativo e taxistas.....23

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação 'back to back' e as distorções de tributação referente ao PIS e Cofins.....25

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera verba para pagamentos 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Os gastos que ignoram o arcabouço (Editorial) 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF passa a calcular impacto econômico de processos levados a julgamento 29

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STF passa a calcular impacto econômico de processos levados a julgamento 31

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
SEGURIDADE SOCIAL

Beneficiários do INSS começam a receber o 13º a partir de hoje 33

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
SEGURIDADE SOCIAL

Fraude com sistema do INSS é investigada 34

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
SEGURIDADE SOCIAL

Segurados do INSS podem sacar valor 36

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar 13º de aposentados e pensionistas 37

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Inss começa pagamento de mais um lote com valor extra - FALANDO DE APOSENTADOS 39

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera atrasados do INSS 40

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6 41

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar nesta quarta décimo terceiro antecipado 42

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Bloqueio de benefício do INSS e alteração de senha: saiba como agir diante de fraudes no sistema 43

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º do INSS: pagamento para quem recebe até 1 salário mínimo começa nesta quarta; veja o calendário 45

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário do INSS: pagamento de aposentados e pensionistas começa a ser feito hoje: veja calendário 2024

.....	46
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Rombo pode ir a R\$ 81 bilhões.....	47
O GLOBO - RJ - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PEC do Quinquênio tem impacto de R\$ 81,6 bi em três anos, diz Senado.....	48
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad se encontra com senadores para tentar barrar PEC do Quinquênio.....	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO	
Lula diz que "tudo no Brasil é gasto" e critica foco em superávit primário.....	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO	
Invasão a sistema do governo tem desvio de pelo menos R\$ 3,5 milhões.....	52
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
Invasores do sistema desviaram R\$ 3,5mi.....	54
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
PF identifica um dos invasores do sistema de pagamentos do governo.....	55
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regras do IVA são enviadas.....	56
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Primeira regulamentação da tributária chega ao Congresso pressionada pela eleição	57
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Deputados temem alta da carga tributária - LU AIKO OTTA.....	59
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Meta fiscal de 2024 não muda, mas precisa ser acompanhada, afirma Durigan.....	61
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Debate sobre desigualdade passa pela questão fiscal, diz Pedro Nery.....	64
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária volta ao centro das discussões.....	67
O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo adiará um dos projetos da regulamentação da reforma tributária.....	68
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Impasse complica envio de um dos projetos da tributária.....	69

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto que regulamenta a reforma tributária segue para o Congresso Nacional.....70

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária será enviada hoje ao Congresso. Entenda.....72

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula nega crise com Congresso e descarta reforma ministerial.....74

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula tem a melhor condição para governar desde que assumi a Câmara, diz Lira.....76

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Lula repete que, no Brasil, "tudo é tratado como gasto".....77

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A complicada arte de baixar os juros (Artigo).....79

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BCE e Fed.....81

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Instituições pedem mudança em proposta de regra para crise.....82

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado financeiro prevê crescimento do PIB acima de 2%.....84

Estrangeiros retiram R\$ 30 bilhões da Bolsa brasileira - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A piora do ambiente econômico global tem provocado um efeito indigesto na B3, a Bolsa de valores de São Paulo: a debandada de estrangeiros. No acumulado de 2024, os investidores do exterior retiraram cerca de R\$ 30 bilhões da Bolsa brasileira - é o pior fluxo de capital internacional desde o auge da pandemia, em 2020. Para piorar, nada indica que o quadro será revertido, o que faz supor que novos recordes negativos serão quebrados.

Isso ajuda a explicar por que o Ibovespa está empacado. Mas nem tudo está perdido. Quando se trata de Investimento Estrangeiro Direto (IED), o Brasil avançou algumas casas. Um levantamento feito pela consultoria Kearney colocou o país na 19ª posição entre as 25 nações mais atrativas para investimentos.

É o melhor resultado desde 2017. Contudo, ainda estamos distantes de 2010, quando ocupamos o terceiro lugar. Entre os emergentes, o Brasil ocupa o quinto posto na lista de 2024, atrás da China, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Índia.

Número de brasileiros em viagem ao exterior é recorde

Mês após mês, o setor aéreo vem quebrando recordes no período pós-pandemia. Em março, conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), dois milhões de brasileiros viajaram para o exterior. Trata-se de um avanço de 21% versus o mesmo mês de 2023 e do 24º mês consecutivo de alta do número de bilhetes internacionais vendidos. Considerando informações acumuladas no primeiro trimestre, o salto foi ainda maior, de 23%. Dados preliminares de abril mostram que as vendas seguem em alta.

Com rivais em alta, Apple perde espaço na China

A Apple continua enfrentando dificuldades para encarar a concorrência chinesa. No primeiro trimestre, as vendas de smartphones no país da Muralha desabaram 19% em relação ao mesmo período do ano passado - é o pior resultado desde 2020. A Apple tem perdido espaço principalmente para a Huawei, mas outras marcas também a incomodam. Dados da consultoria Counterpoint mostram que a China é o terceiro maior mercado da Apple no mundo, respondendo por 17% das receitas da companhia.

General Atlantic e XP compram parte de empresa que é dona da CazéTV

Os negócios ligados ao esporte estão em alta no Brasil.

Nesta semana, a gestora americana General Atlantic e a brasileira XP Private Equity oficializaram a compra de uma fatia da empresa de mídia e marketing esportivo LiveMode. Dona da CazéTV, a LiveMode é parceira de entidades como Comitê Olímpico Internacional e Comitê Olímpico Brasileiro. Há alguns dias, foi nomeada agência exclusiva da Fifa para vender os direitos da Copa do Mundo de 2026 no Brasil. O valor da transação não foi revelado.

"Eu diria que acertamos em algumas coisas e erramos outras" John Donahoe, presidente mundial da Nike, explicando os resultados ruins da empresa

R\$ 190,6 bilhões foi a arrecadação federal em março. Segundo a **Receita Federal**, o número representa um avanço de 7% na comparação anual, além de significar o maior valor da história para o período

RAPIDINHAS

» Apesar do que faz supor a lógica, os ricos - aqueles que têm acesso aos mais variados tipos de aplicações financeiras - também investem na poupança. De acordo com um levantamento feito pelo banco Itaú Personnalité em parceria com o Instituto Locomotiva, 41% da alta renda colocam parte de seus recursos na velha caderneta.

» A americana Microsoft lançou um modelo de inteligência artificial que, entre outras funcionalidades, é capaz de gerar conteúdo para publicações em redes sociais.

Mas não é apenas isso que ele faz. Chamado Phi-3-mini, o sistema também está preparado para resumir os pontos principais de relatórios e documentos longos.

» O pagamento de precatórios, aqueles valores que o governo precisa necessariamente pagar após condenações na Justiça, poderá impulsionar o **PIB** brasileiro. Segundo estudo do Itaú, as compras feitas

em janeiro e fevereiro com cartões de débito ou crédito por pessoas que receberam precatórios foram 10% maiores do que as demais.

» O ex-jogador britânico de futebol David Beckham e o ator americano Mark Wahlberg estão envolvidos em uma rumorosa batalha jurídica. De acordo com Beckham, a empresa de Wahlberg, a rede de academias F45 não honrou compromissos financeiros com o antigo craque da seleção inglesa. O valor da causa é de US\$ 10,5 milhões, ou R\$ 54 milhões.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5882/24-04-2024.html?all=1>

Câmara aprova Perse com 30 atividades e R\$ 15 bi de renúncia

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com 30 atividades beneficiadas e teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal, após negociação do Ministério da Fazenda e líderes partidários da Casa.

A votação foi simbólica, ou seja, quando não há contabilização dos votos. Agora, o texto seguirá para o Senado.

Na reta final das negociações, o Ministério da Fazenda conseguiu incluir no texto uma cláusula de segurança que garante o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) caso o custo do programa supere o limite de R\$ 15 bilhões.

O valor não será corrigido pela **inflação** - mudança que foi feita a pedido do governo pouco antes de o projeto ser votado no plenário.

Por outro lado, o Executivo teve que ceder na tentativa de reduzir ao máximo o alcance dos segmentos que poderão ter acesso ao benefício fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, queria limitar o programa a apenas 12 atividades.

Na primeira versão do parecer, havia a possibilidade de o governo enviar um projeto de lei acabando com o programa assim que o teto fosse alcançado e comprovado pelo Executivo. Mas o texto não previa nenhuma segurança de que a proposta seria aprovada pelo Congresso, tornando, na prática, inócuo o limite.

Contrária desde o início à extensão do Perse, a equipe econômica adotou a estratégia de reduzir danos diante da resistência dos deputados em acabar com o incentivo fiscal - um embate travado desde o início do ano e que gerou trocas de farpas entre parlamentares e Haddad. O ministro vocalizou que o programa era uma janela para fraudes e lavagem de dinheiro, o que irritou deputados.

A saída para fechar brechas foi garantir dispositivo que determina que todas as empresas beneficiárias do Perse deverão ser habilitadas pela **Receita Federal**. Passado o prazo de 30 dias após o pedido de habilitação sem que tenha havido a manifestação do Fisco, a empresa será considerada habilitada.

A exigência da habilitação sofreu muitas críticas dos deputados da oposição.

O projeto estabelece que as empresas que estão no regime de lucro real (com faturamento superior a R\$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025. Esse grupo das maiores empresas do país continuará, no entanto, se beneficiando da alíquota zero do PIS e Cofins.

A proposta do governo previa inicialmente uma reoneração gradual dos **impostos** federais para as empresas do setor, o que foi excluído pela relatora da matéria.

De acordo com a matéria aprovada, serão beneficiadas 30 atividades da lista de Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAES). "O Perse não é um benefício, é um ressarcimento de um setor que foi impedido de funcionar na pandemia", disse a relatora Renata Abreu (Podemos-SP) durante a sessão.

Na Câmara nesta quarta, o Novo, a minoria e a oposição orientaram contra a medida. O deputado Gilson Marques (Novo-SC) afirmou em plenário que votaria contrário ao texto apresentado porque defendia o projeto original (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Câmara aprova projeto de lei para o Perse

IANDER PORCELLA VICTOR OHANA BRASÍLIA

residência do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL)

Os deputados aprovaram ontem, em votação simbólica, projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia para socorrer empresas em dificuldades financeiras. O texto segue agora para análise do Senado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

No total, 30 setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) foram beneficiados. A relatoria havia anunciado que seriam 29. A Fazenda pretendia reduzir a lista de 44 para 7.

A equipe econômica queria acabar com os benefícios de imediato e chegou a editar uma medida provisória (MP) com esse objetivo, mas teve de ceder ao Congresso e enviar, no lugar, um projeto de lei com um meio-termo. A extinção do Perse, pela proposta aprovada na Câmara, ocorrerá somente em 2027. O custo do programa até o fim dos incentivos, contudo, ficará limitado a R\$ 15 bilhões.

O acordo para a votação foi fechado em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), da qual participaram líderes partidários, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário executivo da pasta, Dario Durigan.

"O Perse não tem bandeira partidária. É fruto do Congresso Nacional", disse no plenário da Câmara o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), autor do projeto inicial do Perse, em 2021.

A deputada Renata Abreu (Podemos-SP), relatora da proposta, colocou uma trava para impedir que o custo dos benefícios ultrapasse o teto de R\$ 15 bilhões em três anos. A parlamentar criou uma regra para que, caso os incentivos atinjam o limite antes do fim de 2026, o programa seja extinto de forma antecipada.

"A gente conseguiu acordar o valor de R\$ 15 bilhões a partir de abril. Ou seja, esses três ou quatro meses que ainda tinham questionamento dos números não vão entrar para a conta", disse a deputada.

Se chegar a esse teto, segundo ela, o programa será travado. Renata afirmou acreditar que o limite não será atingido antes do fim de 2026, quando ocorrerá a extinção do Perse. A fiscalização será feita bimestralmente pela **Receita Federal**.

Articulação Acordo foi fechado em reunião na

Câmara aprova projeto que altera o Perse

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que estabelece um teto de R\$ 15 bilhões para os incentivos fiscais do setor de eventos (Perse) de abril de 2024 a dezembro de 2026, reduzindo de 44 para 30 os tipos de serviços beneficiados atualmente. A matéria será enviada ao Senado.

De autoria dos deputados José Guimarães (pT-CE) e Odair Cunha (pT-MG), o Projeto de Lei 1026/24 inicialmente reduzia progressivamente os benefícios tributários até extingui-los a partir de 2027.

O substitutivo aprovado, da deputada Renata Abreu (Pode-SP), determina o acompanhamento a cada bimestre, pela **Receita Federal**, das concessões de isenção fiscal dos cinco **tributos** envolvidos (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) e sua extinção a partir do mês subsequente àquele em que for demonstrado pelo Poder Executivo, em audiência pública no Congresso Nacional, que os R\$ 15 bilhões já foram gastos.

Os relatórios deverão conter exclusivamente os valores da redução usufruídos por empresas habilitadas, com desagregação dos valores por item da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) e por forma de apuração da base de cálculo do IRPJ (lucro real, presumido ou arbitrado).

Valores de redução de tributo que sejam objeto de discussão judicial não transitada em julgado deverão vir discriminados no relatório.

Renata Abreu comemorou a aprovação do projeto para manter vivo "um programa tão importante" para restabelecimento do setor. "O sonho era manter tudo, todos os Cnaes e nenhum escalonamento. Mas um bom acordo é necessário para não termos prejuízo ou insegurança jurídica", afirmou.

O líder do governo e autor da proposta de reformulação do Perse, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que o Executivo tem compromisso de preservar o benefício. "Vamos garantir os R\$ 15 bilhões nos três anos, e o ministro Haddad (Fazenda) foi à reunião para ratificar o acordo", disse Guimarães.

Segundo ele, foram os líderes da Câmara que resolveram reduzir o número de atividades econômicas beneficiadas de 44 para 30, não o governo. (Agência Câmara)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-24-04-2024/>

Câmara aprova limite de R\$ 15 bilhões para o Perse

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro (Colaboraram Lu Ai-Uo Otta e Jéssica Sant"Ana)

A Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira o projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) como forma de ajudar no ajuste fiscal e a diminuir o déficit nas contas públicas. O texto determina que o impacto do programa será limitado a mais R\$ 15 bilhões de renúncia de receita ou até dezembro de 2026, o que ocorrer primeiro. O texto segue para análise do Senado Federal.

A proposta original do governo era revogar completamente e de forma imediata o programa, mas o Executivo precisou ceder e recuar desse objetivo. Foram abandonadas as ideias de volta gradual dos **impostos** e de exclusão das grandes empresas (com faturamento superior a R\$ 78 milhões), mas o projeto impõe um limite de R\$ 15 bilhões para a desoneração de **impostos** até 2026.

Há dúvidas sobre a real efetividade disso. O setor calculava que o custo ficou em R\$ 6,9 bilhões ano passado, enquanto o Ministério da Fazenda acusava gasto de R\$ 13 bilhões. Como o cálculo

dos R\$ 15 bilhões só ocorrerá após a sanção, o teto deve durar cerca de dois anos e meio - ou seja, será superior aos R\$ 5 bilhões por ano desejado pela equipe econômica do governo.

A deputada Renata Abreu (Po-de-SP), relatora do projeto, queria ainda que o valor de R\$ 15 bilhões fosse corrigido pela **inflação**, o que poderia ampliar o alcance em mais R\$ 2 bilhões, mas um acordo foi negociado diretamente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que isso não ocorra. A sugestão dela também era não vincular o fim imediato do Perse a esse valor, mas ela acabou vencida e a versão aprovada acaba com o programa no mês seguinte a esse "estouro" no orçamento projetado. Além disso, o programa acabará de qualquer forma em dezembro de 2026, mesmo que não preenchido todo o montante permitido.

O projeto contou com apoio de quase todos os partidos, inclusive do PL, principal sigla da oposição. Só o partido Novo se posicionou contra o texto. Líder do maior bloco parlamentar, que inclui União Brasil e

PP, o deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) defendeu a aprovação do parecer. "Entendemos que a matéria é fundamental para geração de emprego e renda", afirmou.

Uma das mudanças mais comemoradas pelo governo é a exigência de habilitação prévia na **Receita Federal** para que a empresa possa utilizar a **isenção tributária** de PIS/Cofins, CSLL e IR. O governo federal terá 30 dias para responder a solicitação. Se não cumprir o prazo, o CNPJ estará automaticamente habilitado.

Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan disse ao Valor que a lógica em vigor hoje "é perversa" porque é uma autodeclaração das empresas sobre o direito de utilizarem o benefício e é a Receita que precisa fiscalizar. "Como são dezenas de milhares de beneficiários do Perse, é impossível que se faça a fiscalização efetiva", afirmou.

Segundo Durigan, passará a existir um "filtro de entrada" para atender ao pedido dos parlamentares por "um programa com menos abusos". "Vai ser necessário um recadastramento das empresas do Perse, caso queiram continuar gozando do benefício. Esse é o primeiro ponto que garante um controle prévio e uma restrição a abuso", declarou.

Outra alteração negociada por Haddad é a exclusão de 14 dos 44 setores até então beneficiados pelo programa. Perderão o direito à isenção tributária os museus, pensões (alojamentos), produção de filmes para publicidade, serviços de montagem de móveis e transporte aquaviário para passeios turísticos, por exemplo.

Por outro lado, ficarão mantidos no programa atividades como hotéis e apart-hotéis, parques de diversões, casas de eventos, bares e restaurantes, artes cênicas, filmagem de festas, agências de viagem, operadores turísticos, produção musical, cinemas, espetáculos de dança, organização de férias, entre outros. Ao todo, 30 atividades econômicas (CNAEs) terão direito.

O relatório estabelece também que apenas as empresas que tinham essas atividades como seu CNAE principal em 18 de março de 2022 terão direito à isenção tributária (considerando aquela atividade de maior faturamento). Ainda será vedado o uso do

benefício por aqueles que existiam entre 2017 e 2021, mas não tinham operação, e responsabilizado solidariamente o proprietário da empresa que vendê-la e o comprador fizessem uso indevido do Perse para não pagar seus **impostos**. Essas medidas foram criadas para evitar um "mercado paralelo" de CNPJs habilitados.

O projeto também prevê um programa de "autorregularização", em que empresas que utilizaram indevidamente o Perse anteriormente poderão confessar a irregularidade em até 90 dias e quitar os **impostos** atrasados sem multa.

"Vai ser necessário recadastramento das empresas do programa" Dario Durigan

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6§ion=1)**

Câmara prorroga benefício a setor de eventos

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com 30 atividades beneficiadas e teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal, após negociação do Ministério da Fazenda e líderes partidários da Casa.

A votação foi simbólica, ou seja, quando não há contabilização dos votos. Agora, o texto seguirá para o Senado.

Na reta final das negociações, o Ministério da Fazenda conseguiu incluir no texto uma cláusula de segurança que garante o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) caso o custo do programa supere o limite de R\$ 15 bilhões.

O valor não será corrigido pela **inflação** -mudança que foi feita a pedido do governo pouco antes de o projeto ser votado no plenário. Por outro lado, o Executivo teve que ceder na tentativa de reduzir ao máximo o alcance dos segmentos que poderão ter acesso ao benefício fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, queria limitar o programa a apenas 12 atividades.

Contrária desde o início à extensão do Perse, a equipe econômica adotou a estratégia de reduzir danos diante da resistência dos deputados em acabar com o incentivo fiscal -um embate travado desde o início do ano e que gerou trocas de farpas entre parlamentares

e Haddad. O ministro vocalizou que o programa era uma janela para fraudes e lavagem de dinheiro, o que irritou os deputados.

A saída para fechar brechas foi garantir dispositivo que determina que todas as empresas beneficiárias do Perse deverão ser habilitadas pela **Receita Federal**.

O projeto estabelece que as empresas que estão no regime de lucro real (com faturamento superior a R\$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025. Esse grupo das maiores empresas do país continuará, no entanto, se beneficiando da alíquota zero do

PIS e Cofins.

A proposta do governo previa inicialmente uma reoneração gradual dos **impostos** federais para as empresas do setor, o que foi excluído pela relatora da matéria. Criado na pandemia e originalmente temporário, o Perse garante alíquota zero dos **tributos**

federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins) a empresas do setor.

A votação do projeto em plenário nessa terça ocorreu após acordo firmado em reunião com o ministro Haddad e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e lideranças.

De acordo com a matéria aprovada, serão beneficiadas 30 atividades da lista de CNAES (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). Pela lei aprovada no Congresso no ano passado, eram beneficiados 44 CNAES. A Fazenda, no entanto, tentou restringir o Perse, reduzindo para 12, em proposta apresentada em março. A relatora, Renata Abreu (Podemos-SP), por sua vez, retomou o número inicial em seu primeiro relatório. "O Perse não é um benefício, é um ressarcimento de um setor que foi impedido de funcionar na pandemia", disse a relatora durante a sessão.

MAIS CONTEÚDO ACESSE

www.oestadoce.com.br

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/24-04-2024-edicao-24813/>

Deputados aprovam programa para setor de eventos com teto de R\$ 15 bilhões

AGÊNCIA BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que restringiu a R\$ 15 bilhões a renúncia fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Serviços (Perse), de incentivo ao setor de eventos, até dezembro de 2026. A proposta

reduziu ainda de 44 para 30 as atividades beneficiadas pelo programa. O texto segue para votação no Senado.

A aprovação ocorre após consenso firmado entre deputados federais e o governo federal.

Em entrevista à imprensa nessa segunda-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Had-

dad, informou que houve acordo sobre os pontos principais do projeto de lei do Perse: a limitação da renúncia fiscal em R\$ 15 bilhões até 2026 e um pentefino na habilitação das empresas a receberem o benefício. O Perse foi criado para socorrer empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia de covid-19.

A versão original do projeto, de autoria dos deputados José Guimarães (PT-CE) e Odair Cunha (PT-MG), previa redução dos benefícios tributários, chegando à extinção a partir de 2027.

Os deputados federais aprovaram o substitutivo da deputada Renata Abreu (Pode-SP), que estabelece acompanhamento bi-

mestral da **Receita Federal** da isenção fiscal dos cinco **tributos** listados no programa (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins). Os relatórios devem apresentar os valores pagos pelas empresas beneficiadas.

Para a deputada, o acordo com o governo foi "necessário para não termos prejuízo ou insegurança jurídica".

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

Arrecadação federal atinge R\$ 190,6 bilhões em março

FERNANDA TRISOTTO, MARIANA GUALTER E DANIEL TOZZI MENDES

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 190,6 bilhões em março, um aumento real (já descontada a **inflação**) de 7,22% ante o mesmo mês do ano passado.

Foi o melhor resultado para o mês, em termos reais, desde o início da série histórica, em 1995, de acordo com a **Receita Federal**. A alta, porém, perdeu fôlego em relação ao resultado de fevereiro, quando foi registrado um aumento real mais forte de receitas, de 12,27%. Já de fevereiro para março, a arrecadação avançou 2,03% acima da **inflação**.

Na soma dos três primeiros meses de 2024, a arrecadação federal chegou a R\$ 657,769 bilhões, também o melhor resultado para o período da série histórica - o montante representou um aumento real de 8,36% na comparação com os três primeiros meses de 2023.

Apesar dos números inéditos, economistas veem a arrecadação perdendo ritmo nos próximos meses e em volume insuficiente para assegurar, até o fim do ano, o cumprimento da meta de déficit zero. Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, avalia que, diante do objetivo de zerar o déficit das contas públicas em 2024 e 2025, a arrecadação de março foi frustrante. Para atingir a meta deste ano, ele calcula que seria necessário um crescimento da arrecadação da ordem de 13,5% no ano. A projeção atual da XP, porém, é de uma variação menor, de 8,8%, com risco de ficar abaixo disso.

Ainda que tenha informações positivas, como o desempenho das receitas com PIS/Cofins, previdenciárias e com IR sobre ganhos de capital, o dado de março mostrou recuo dos recolhimentos com IRPJ e CSLL, observa o economista.

MEDIDAS AINDA SEM EFEITO.

"Essa queda preocupa porque esses **tributos** seriam o principal destino das medidas para aumento da arrecadação aprovadas no ano passado, especialmente a parte de subvenção de ICMS e da mudança de juros sobre capital próprio", diz. "O que estamos vendo é que esse efeito, esse ganho

projetado pela **Receita Federal** e pelo governo com essas medidas, não está ocorrendo." Em relatório, o Santander Brasil ponderou que, embora a arrecadação federal tenha sido bastante positiva no primeiro trimestre, a partir de abril a expectativa é de desaceleração no ritmo de arrecadação, com a dissipação dos efeitos de receitas extraordinárias. "Acreditamos que o resultado de abril possa mostrar uma melhor visão de um desempenho mais estrutural dos resultados das receitas, desvanecendo o efeito dos fatores extraordinários que auxiliam nos resultados recentes", escreveu o economista do banco Ítalo Franca.

Ao apresentar os dados ontem, a Receita destacou que a alta da arrecadação no trimestre se deveu também ao retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis e pela tributação dos fundos exclusivos (com apenas um cotista).

Em março, o recolhimento de Imposto de Renda retido na fonte sobre os fundos exclusivos somou R\$ 3,38 bilhões.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, a receita com os fundos exclusivos - que integra o pacote de medidas arrecadatórias do ministro da Fazenda, Fernando Haddad - ficou em torno de R\$ 15 bilhões entre dezembro de 2023 e março de 2024 - valor que veio acima da projeção inicial do Banco Central, que apontava ganhos em torno de R\$ 13 bilhões.

Para Malaquias, ainda é muito cedo para afirmar se há desaceleração da arrecadação em 2024. Sobre a diminuição do crescimento real da arrecadação em março ante fevereiro, ele justificou que a série ainda é muito curta para uma ilação desse tipo, lembrando que há eventos sazonais que influenciam o resultado. "Precisa de um pouco mais de tempo para avaliar se há essa desaceleração." RITMO MENOR. O economista da Pezco Helcio Takeda também projeta desaceleração da arrecadação nos próximos meses, com a expansão fechando o ano em 5%. "O desempenho da arrecadação no ano não vai ser necessariamente ruim, pelo contrário, é uma dinâmica positiva. Porém, insuficiente para a busca de resultado primário zero", afirma Takeda.

Fôlego menor

12,27% foi o aumento real (já descontada a inflação)
da arrecadação federal em fevereiro

7,22% foi quanto cresceu a arrecadação do governo
acima da inflação no mês de março

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arrecadação bate recorde, com alta de 7,22% em março

RENAN MONTEIRO BRASÍLIA

A arrecadação federal registrou em março novo recorde, com alta real (após descontada a **inflação**) de 7,22% em relação ao mesmo mês do ano passado. As receitas de **impostos**, contribuições e demais **tributos** somaram R\$ 190,6 bilhões.

No período de janeiro a março de 2024, a arrecadação foi a maior da série histórica iniciada em 1995, com R\$ 657,7 bilhões, um acréscimo de 8,36% em relação a igual período do ano anterior. E o quarto recorde consecutivo. Ou seja, dezembro, janeiro e fevereiro também registraram os maiores valores da série.

FATOR ATÍPICO

O desempenho de março é explicado, em parte, pela dinâmica de tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis e pela tributação dos fundos exclusivos, voltados para alta renda.

Com o resultado, a possibilidade de mudança da meta fiscal no primeiro semestre fica mais distante. O governo quer zerar o déficit este ano. O Ministério do Planejamento e Orçamento, comandado por Simone Tebet, faz revisão periódica das receitas e despesas federais. Com mais dinheiro em caixa, diminuem as chances de a revisão apontar desequilíbrio na busca pelo déficit zero, o que levaria à necessidade de bloquear recursos.

A arrecadação via PIS/Pasep e Cofins somou R\$ 40,9 bilhões no mês, crescimento real de 20,63%. No trimestre a alta foi de 18,54%.

A **Receita Federal** cita aumento no volume de vendas, no volume de serviços, bem como a retomada da tributação do óleo diesel e da gasolina. No ano passado, o governo Lula retardou a reoneração dos combustíveis, iniciada no governo Bolsonaro no período pré-eleitoral.

Em março, foram R\$ 3,4 bilhões decorrentes só da tributação dos fundos de investimento. Nos três primeiros meses do ano, o governo arrecadou R\$ 11,3 bilhões decorrentes desses fundos. Esse é um fator atípico na arrecadação. Ou seja, não vai se repetir nos próximos meses.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação federal bate recorde em março

A arrecadação total de receitas federais fechou março em R\$ 190,61 bilhões, informou nessa terça-feira, 23, o Ministério da Fazenda. Este é o melhor desempenho para o mês desde 2000, registrando acréscimo real de 7,22% em relação a março de 2023. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R\$ 657,76 bilhões, representando um acréscimo medido pela inflação de 8,36%.

Em relação às Receitas Administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado, em março, foi R\$ 182,87 bilhões, representando um acréscimo real de 6,06%. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R\$ 624,77 bilhões, registrando acréscimo real de 8,11%.

Segundo o Ministério da Fazenda, o crescimento observado no período pode ser explicado, entre outros fatores, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis e pela tributação dos fundos exclusivos, prevista na Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023. O ministério informou que em relação ao PIS/Pasep e a Cofins houve, em março, uma arrecadação conjunta de R\$ 40,92 bilhões, representando crescimento real de 20,63%.

Segundo a pasta, esse desempenho é explicado pelo acréscimo na arrecadação no setor de combustíveis com a retomada da tributação incidente sobre o diesel e gasolina e pela combinação dos aumentos reais de 9,7% no volume de vendas e de 2,5% no volume de serviços entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No trimestre de janeiro a março, o PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 124,53 bilhões, representando crescimento real de 18,54%. No mesmo período, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 157,93 bilhões, com crescimento real de 6,92%. Este resultado se deve ao crescimento real de 5,60% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 13% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, no período de janeiro a março em relação ao mesmo período de 2023.

Em março, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de pouco mais de R\$ 53 bilhões, com crescimento real de 8,40%. Este resultado se deve ao crescimento real de 7,9% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 11% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a março de 2023.

Fintechs podem apurar IR pelo lucro presumido

Marcela Villar De São Paulo

A **Receita Federal** definiu que as fintechs podem apurar Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL pela sistemática do lucro presumido e não obrigatoriamente pelo lucro real. A possibilidade de escolha entre os dois regimes de tributação - desde que o faturamento seja abaixo de R\$ 78 milhões - é vista como positiva pelo mercado, pois traz flexibilidade e pode significar, a depender do perfil da empresa, uma redução da carga tributária de até 50%.

O esclarecimento foi feito pelo órgão por meio da Solução de Consulta nº 50/2024, publicada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). A interpretação vincula todos os auditores fiscais do Brasil. O documento trata apenas das sociedades de crédito direto (SDCs), tipo de fintech que dá empréstimo a pessoas físicas e jurídicas apenas com capital próprio. Porém, especialistas entendem que a consulta pode ser estendida a outros modelos de negócios. De acordo com dados do Banco Central, autoridade que regulamentou o segmento em 2018, existem hoje 118 SCDs no país.

Como essas sociedades têm características muito semelhantes às de uma instituição financeira - obrigatoriamente submetidas ao lucro real -, alguns contribuintes não sabiam se deveriam também apurar o tributo por meio desse modelo. A Cosit disse que não, pois elas não estão no rol elencado pela Lei nº 9.718, de 1998, que determina quais empresas são obrigadas a seguir o regime.

O entendimento da Receita Federal é de que o rol trazido pela lei é taxativo. "O alcance do dispositivo aqui sob consulta (artigo 14, inciso II, da Lei nº 9.718, de 1998) não abrange o gênero "instituições financeiras" de forma indistinta, limitando-se assim a obrigatoriedade à sistemática do lucro real, na forma que ali normatizada, somente às espécies de instituições financeiras ali expressamente citadas", afirma a Cosit.

Na visão do órgão, para que "novas espécies de instituições financeiras ali não inicialmente indicadas" sejam abarcadas pela obrigatoriedade do lucro real, é preciso editar "novo dispositivo de lei", sob pena de violação ao Código Tributário Nacional (CTN). "Rejeita-se aqui a hipótese de que o intérprete possa,

sem nova manifestação expressa do legislador tributário, considerar abrangidas na supracitada hipótese, espécies de instituições financeiras outras que não as expressamente elencadas", completa o órgão.

O advogado Thiago Marigo, sócio do escritório Freitas, Leite e Awad Advogados, já orientava clientes nesse mesmo sentido. "A solução de consulta da Receita vai ao encontro desse entendimento de que, embora existam similaridades com as demais instituições financeiras, como a lei não a colocou de forma taxativa como uma empresa obrigada ao lucro real, a SCD tem liberdade de escolher", diz.

A principal diferença de tributação é que, enquanto no lucro real se aplica as alíquotas de 34% de IRPJ e CSLL sobre a diferença entre receitas e despesas, no lucro presumido se aplica as alíquotas sobre um percentual da margem de lucro estimada.

"Essa margem de presunção que é dada pela lei pode ser menor que a lucratividade efetiva. Em alguns casos, pode ser mais econômico, mas não necessariamente", afirma o advogado. Essa economia pode chegar a 50%. "Quanto maior a margem de lucro da empresa, maior a economia e tende a ser melhor pelo lucro presumido", conclui.

O tributarista Diogo Olm Ferreira, do VSBO Advogados, alerta que outra consequência da apuração pelo lucro real para as SCDs seria a obrigatoriedade do regime não cumulativo do PIS e da Cofins, que tem alíquotas mais altas, embora admita tomada de crédito. Porém, pode não ser interessante pelas baixas despesas.

Por outro lado, se ela tiver pre-juízo, acrescenta, seria melhor usar o lucro real, uma vez que não se recolheria **impostos** no período. "A Receita evita aplicação de alguns tratamentos considerados gravosos, como alíquota de CSLL mais alta e a obrigatoriedade do regime", diz.

Segundo Denis Passerotti, sócio do escritório Passerotti Sociedade de Advogados, as dúvidas sobre a aplicação do regime tributário começaram a surgir com a vinda das fintechs para o Brasil. "A solução de consulta foi feita com base em uma interpretação das normas que não previa anteriormente esse tipo de

negociação por meio eletrônico", afirma. A resposta da Receita, segundo ele, apesar de só mencionar o IRPJ, é aplicada para a CSLL, pois ambos devem ser recolhidos da mesma forma.

O diretor da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Diego Perez, afirma que o setor esperava uma definição mais clara da lei e que vinha discutindo com o governo sobre a diferença de tratamento que as entidades deveriam ter ante as instituições financeiras tradicionais. De acordo com ele, a maioria optava pelo lucro real "para evitar risco de fiscalização". "Agora ficou claro que se pode adotar o lucro presumido e ter ganho operacional, por conta de um custo tributário reduzido e elas devem avançar na captação mais eficiente de clientes", diz.

Perez ainda afirma que existem hoje 713 empresas associadas à ABFintechs, de um universo de 1.489. A resposta da solução de consulta, acrescenta, apesar de específica para sociedades de crédito direto, eleve se estender às outras categorias, como sociedades de empréstimo entre pessoas (SEPs) e instituições de pagamento (IPs).

"Lei não as colocou de forma taxativa como empresas obrigadas ao lucro real" Thiago Marigo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851>

Mais de 40% dos contribuintes entregaram declaração do IR

Em quase 40 dias, mais de 40% dos contribuintes acertaram as contas com o Leão. Até as 15h30 desta terça-feira (23), a **Receita Federal** recebeu 17.337.749 declarações. Isso equivale a 40,3% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h de 15 de março e vai até as 23h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a **Receita Federal**, 75,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 13,8% terão que pagar Imposto de Renda e 10,4% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (78,5%), mas 12,1% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 9,4% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 41% dos contribuintes que entregaram o documento à **Receita Federal** usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 57,3% dos envios.

Novo prazo Até 2019, o prazo de entrega da declaração começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. A partir da pandemia da covid-19, a entrega passou a ocorrer entre março e 31 de maio. Desde 2023, passou a vigorar o prazo mais tardio, com o início do envio em 15 de março, o que dá mais tempo aos contribuintes para prepararem a declaração desde o fim de fevereiro, quando chegam os informes de rendimentos.

Outro fator que impulsionou o recorde foi a antecipação do download do programa gerador da declaração. Inicialmente previsto para ser liberado a partir desta sexta-feira, 26, o programa teve a liberação antecipada para terça-feira passada, 12.

Segundo a **Receita Federal**, a expectativa é que sejam recebidas 43 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde do ano passado, quando o Fisco recebeu 41.151.515 documentos. Quem enviar a declaração depois do prazo pagará multa de R\$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Novidades Neste ano, a declaração teve algumas mudanças, das quais a principal é o aumento do limite de rendimentos que obriga o envio do documento por causa da mudança na faixa de isenção. O limite de rendimentos tributáveis que obriga o contribuinte a declarar subiu de R\$ 28.559,70 para R\$ 30.639,90.

Em maio do ano passado, o governo elevou a faixa de isenção para R\$ 2.640, o equivalente a dois salários mínimos na época. A mudança não corrigiu as demais faixas da tabela, apenas elevou o limite até o qual o contribuinte é isento.

Mesmo com as faixas superiores da tabela não sendo corrigidas, a mudança ocasionou uma sequência de efeitos em cascata que se refletirão sobre a obrigatoriedade da declaração e os valores de dedução. Além disso, a Lei 14.663/2023 elevou o limite de rendimentos isentos e não tributáveis e de patrimônio mínimo para declarar Imposto de Renda.

75,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_09A9067DE1AB3A2EC18AE00F4EB80AA5EE57D88A0962551540BBDA22C8D51D26FFF9A86DCB03DA8811180BA9019D2ED5FFF37E1F60082909DD540A96450D54F6279CE81D9818F3154047620C3470352BA8A421B0E19B501D2A189B1D69997AFA8BF0C57B1EE9BA605E90A73EAFC817AA0F93C483B1FECBCB958DF

Governo eleva tarifas de importação em 25%

São Paulo/Brasília - O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Brasil (Gecex) decidiu ontem elevar para 25% o imposto de importação de 11 produtos de aço e estabelecer cotas de volume de importação para esses produtos.

O órgão afirmou em nota à imprensa que a tarifa só sofrerá aumento quando as cotas forem ultrapassadas. "Serão avaliadas, ainda, outras quatro NCMs (produtos) que poderão receber o mesmo tratamento", afirmou o Gecex.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ao qual o Gecex é ligado, disse esperar que a medida entre em vigor em cerca de 30 dias, após análise dos países parceiros do Mercosul e ajustes junto à **Receita Federal**. A tarifa sobre o volume que exceder as cotas valerá por 12 meses e incidirá sobre diferentes tipos de produtos laminados planos, fios-máquinas e tubos usados em oleodutos e gasodutos.

O Gecex ainda avaliará outros quatro produtos que poderão ter a tarifa elevada.

Segundo o comitê, a decisão de elevar o imposto "não trará impacto nos preços ao consumidor".

"Durante os 12 meses, o governo vai monitorar o comportamento do mercado. A expectativa do governo é que a decisão contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional", afirmou o Gecex.

O vice-presidente e ministro da pasta, Geraldo Alckmin, disse que a iniciativa tem como objetivo elevar a capacidade produtiva do setor e impulsionar investimentos e empregos.

"(A medida) é importante porque você tem uma indústria que está com uma ociosidade muito grande. Você tem mais de 40% de ociosidade em algumas áreas. É uma indústria importante, uma indústria de base que é essencial ao país", disse.

"Então, eu diria que foi uma medida de preservação do emprego, de preservação e estímulo a novos investimentos e à modernização, mas que na realidade ela é extremamente cuidadosa."

A indústria siderúrgica cobrava há meses do governo medidas de proteção comercial, citando como principal alvo as importações chinesas de aço pelo Brasil, que

reduzem o poder de precificação das usinas locais.

"Após análises das equipes técnicas, foi concedida a majoração às NCMs (produtos) cujo volume de compras externas, em 2023, superou em 30% a média das compras ocorridas entre 2020 e 2022", afirmou o órgão.

"Este é o caso das 15 selecionadas. Dessas, as quatro que seguem em avaliação apresentaram variações de preço, que exigirão novos estudos", acrescentou.

Segundo a associação de siderúrgicas brasileiras Aço Brasil, atualmente a alíquota de importação para produtos siderúrgicos no Brasil, em sua maioria, é 10,8%. No primeiro trimestre, as importações de aço subiram 25,4% sobre o mesmo período do ano passado, para 1,3 milhão de toneladas. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-24-04-2024/>

Aprovada redução do IR para motoristas de aplicativo e taxistas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira (23) uma proposta de redução do Imposto de Renda para taxistas e motoristas de aplicativo. Com o respaldo do governo federal, o projeto foi aprovado por unanimidade, com 17 votos favoráveis. Atualmente, os motoristas que realizam transporte individual de passageiros têm um desconto de 40% sobre a tributação dos seus rendimentos brutos no Imposto de Renda, o que significa que o imposto é aplicado sobre 60% dos rendimentos.

O texto do presidente da CAE, senador Vanderlan Cardos, recebeu relatório favorável

do senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e segue para a Câmara dos Deputados. O voto do relator foi lido pelo senador Laércio Oliveira (PP-SE). Vanderlan destaca que a **Previdência Social** considera a base tributável para fins de contribuição previdenciária, quando o serviço é prestado por condutor autônomo, o montante de 20% do valor da nota fiscal, devendo-se equiparar à base do IR. O senador também ressalta que, segundo estudo da Organização das Cooperativas Brasileiras, o custos de manutenção e gasolina correspondem a 80% do faturamento de um taxista atualmente.

"Hoje, 40% do rendimento

bruto do transportador autônomo é custo para trabalhar, sendo os 60% restantes utilizados como base para a tributação. Ocorre que esses percentuais estão desatualizados e prejudicando os motoristas de táxis, aplicativos e vans. Os custos para esses profissionais trabalharem cresceram muito. Meu projeto propõe que mude de 60% para 20% a base da tributação, reduzindo em três vezes o valor do Imposto de Renda que o motorista vai pagar", disse.

Sobre o projeto

O novo projeto de lei aumenta esse desconto para 80%, reduzindo assim a parcela dos rendimentos sujeita à tributação para 20%. A aprovação do PL na comissão é terminativa, e ele deve seguir para a Câmara dos Deputados, a menos que algum senador solicite votação em plenário.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda e

da **Receita Federal**, a redução do imposto para os motoristas resultará em uma perda de arrecadação de R\$ 57 milhões neste ano, R\$ 61 milhões no próximo e R\$ 64 milhões em 2026. Essas estimativas consideram as declarações de Imposto de Renda de 2022 e não levam em conta a entrada de novos contribuintes, já que a atividade de transporte de passageiros se tornará mais atrativa devido ao benefício fiscal.

Atendendo a uma solicitação do governo, o relator do projeto, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), determinou que o benefício terá validade por cinco anos. Para compensar as perdas de arrecadação, Petecão negociou com o Ministério da

Fazenda um aumento de 0,1 ponto percentual na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras até o final de 2024. Esse aumento na cobrança da CSLL só entrará em vigor três meses após a eventual sanção do projeto de lei por Lula, respeitando o princípio tributário da "noventena".

Produtos de aço passarão por cotas de importação

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu que, nos próximos 30 dias, 11 produtos de aço importados enfrentarão cotas de importação. Se ultrapassarem o limite máximo, estarão sujeitos a pagar um Imposto de Importação de 25% ao entrarem no país.

Antes de ser publicada no Diário Oficial da União, a resolução da Camex exigirá a análise dos países parceiros do Mercosul. Além disso, a publicação de uma portaria pela **Receita Federal** para regular as cotas também é aguardada.

A medida, válida por 12 meses a partir da publicação, visa evitar uma competição injusta com o aço nacional. Em 2023, as importações dos 11 produtos de aço excederam em 30% a média entre 2020 e 2022. Recentemente, as siderúrgicas brasileiras têm alertado sobre uma invasão de aço chinês, que chega ao Brasil a preços mais baixos que os produtos locais.

Atualmente, o Imposto de Importação para os 11 produtos sujeitos a cotas varia de 9% a 14,4%. O

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) está considerando impor cotas a outros quatro produtos derivados do aço. Estes produtos não foram incluídos na lista imediatamente, pois o Mdic está investigando se o aumento das importações no ano passado foi causado por variações de preço, em vez de um aumento na quantidade.

O Mdic afirmou que os estudos técnicos indicam que as cotas não afetarão os preços para o consumidor nem a cadeia produtiva. Durante os 12 meses de vigência, o governo irá monitorar o comportamento do mercado. A expectativa é que a medida contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/24-04-2024-edicao-24813/>

Operação 'back to back' e as distorções de tributação referente ao PIS e Cofins

A operação "back to back" se configura como uma transação financeira conduzida por uma empresa sediada no estado de origem da comercialização do produto, envolvendo um comprador estrangeiro e um fornecedor internacional. Essa abordagem é considerada uma relação triangular ou multilateral, na qual há a presença de um vendedor, um fornecedor e um cliente, conforme demonstra-se no exemplo a seguir:

Essa modalidade de negociação tem se tornado uma ferramenta essencial no comércio internacional, facilitando a troca de mercadorias sem a necessidade de circulação pelo território da nação onde a empresa revendedora está localizada. A crescente integração econômica entre nações impulsiona o fluxo de capital em diversas regiões, beneficiando os "backtobackcredits".

No território Brasileiro, a **Receita Federal** possui o entendimento consolidado de que na referida operação não há ocorrência de importação nem exportação de mercadorias, uma vez que o produto não ingressa no território aduaneiro do país de origem. Nesse contexto, inexistindo o fato gerador, qual seja, o desembaraço aduaneiro, inexistente a hipótese de incidência do ICMS, IPI, II (Imposto de Importação), IE (Imposto de Exportação) e PIS/Cofins-Importação ligados à operação.

No entanto, em decorrência da referida interpretação que não considera a operação de venda como equivalente à exportação devido à falta de entrada física do bem no país, o Fisco conclui que há a obrigação de recolher as contribuições ao PIS/Cofins sobre a receita proveniente das operações "back to back", conforme destacado na Solução de Consulta Cosit 306/2017:

A receita decorrente de operação "backtoback", isto é, a compra e a venda de produtos estrangeiros, realizada no exterior por empresa estabelecida no Brasil, sem que a mercadoria transite fisicamente pelo território brasileiro, não caracteriza operação de exportação e, por conseguinte, não está abrangida pela não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep (...).

Cabe ressaltar que esse posicionamento foi corroborado pelo **Carf (Conselho Administrativo de**

Recursos Fiscais), conforme evidenciado no Acórdão nº 1402-002.375, e ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais (REsp) 1.651.347, REsp 1.642.038 e REsp 1.752.212.

Adicionalmente, no contexto em apreço, merece destaque a publicação da Solução de Consulta DISIT/SRRF04 Nº 4031 em 21/08/2023, na qual a **Receita Federal do Brasil** expressou uma posição que ainda inviabiliza a apropriação de créditos derivados da operação "back to back" na apuração não-cumulativa das contribuições ao PIS e à Cofins.

Essa perspectiva fundamenta-se na consideração de que a ausência de movimentação física da mercadoria em território brasileiro impossibilita a aplicação dos dispositivos legais pertinentes, notadamente o art. 3º, § 3º, I, da Lei nº 10.637/2002, e da Lei nº 10.833/2003, que asseguram o direito à apropriação de créditos no cenário de aquisição de bens e serviços de pessoa jurídica domiciliada no país.

A análise da imunidade constitucional das receitas de exportação demonstra a complexidade do cenário atual, sendo possível um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, o que sugere que a conclusão da questão pode estar distante de uma resolução definitiva.

Nesse contexto, cabe aos contribuintes e profissionais do direito debater as seguintes questões: é factível concluir que a operação "backtoback" equipara-se à exportação e, por conseguinte, as receitas resultantes são imunes à incidência do PIS e da Cofins? A impossibilidade de apropriação de créditos dessas contribuições merece respaldo?

A conclusão é que, embora as mercadorias adquiridas e revendidas não passem pelo processo de nacionalização, a imunidade conferida às exportações é plenamente aplicável. Destaca-se uma característica singular na operação: a mercadoria é enviada diretamente do vendedor estrangeiro para o comprador, sendo intermediada por uma entidade que adquire o bem no exterior e o revende ao comprador estrangeiro, emitindo uma fatura e, consequentemente, registrando receita decorrente dessa transação.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para

assinantes da Folha

Carregando...

Ou seja, diante dos detalhes operacionais nas exportações e da necessidade de uma interpretação abrangente do conceito, seria incoerente e ilógico, do ponto de vista teleológico, deixar de imunizar as receitas resultantes das operações "back to back" ou, ainda, proibir o aproveitamento do crédito da operação tão somente em razão da mercadoria revendida não deixar fisicamente o território brasileiro, mas originar-se de outro país.

Isso porque, os artigos 5º, inciso I e II da Lei nº. 10.637/2002 e artigo 6º, incisos I e II da Lei nº. 10.833/2003 determinam que o PIS e a Cofins não incidirão sobre as receitas decorrentes das operações de "I - exportação de mercadorias para o exterior; II - prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;".

Ainda, cabe a interpretação lógica do artigo 149, §2º, I da Constituição Federal que aduz que as contribuições sociais "I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação."

Além disso, a proibição da apropriação de créditos relacionados à operação também demanda questionamento. Caso se conclua que a operação "back to back" equivale a uma exportação, é necessário abordar uma interpretação literal do art. 3º, § 3º, nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, que estabelece de forma categórica que o direito ao crédito se aplica "I - aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no país".

Em análise mais aprofundada, resta evidente que a imunidade tributária se aplica às receitas provenientes da operação de exportação, sem especificar a necessidade de trânsito físico da mercadoria.

Apesar de não se enquadrar como uma exportação típica, a operação possui características equivalentes, como o ingresso de divisas e benefícios para o mercado nacional, elementos fundamentais para a aplicabilidade da imunidade constitucional prevista no artigo 149, §2º, I, que abrange as exportações.

Diante disso, evidente que tanto para ser considerada uma exportação para fins de imunidade de PIS/Cofins, quanto para permitir o aproveitamento de crédito das Contribuições, o foco está no resultado da operação. Dessa forma, ao trazer esse resultado para o Brasil, a legislação alcança os objetivos funcionais de não tributar as exportações.

Nessa perspectiva, a legislação vigente sugere que as operações "back to back" coadunam-se com os objetivos funcionais conferidos às exportações, reconhecendo a importância da entrada de recursos para o desenvolvimento econômico do país.

Portanto, é inegável que o legislador não contemplou todas as operações mercantis que eventualmente propiciariam o ingresso de receitas provenientes do exterior. Nesse contexto, a interpretação das normas deve se ajustar de maneira congruente às mudanças constantes e à evolução do comércio multifacetado, reconhecendo que o atual cenário de mercado dá origem a operações que, mais do que nunca, demandam aceitação e conformidade pelo ordenamento jurídico.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/04/operacao-back-to-back-e-as-distorcoes-de-tributacao-referente-ao-pis-e-cofins.shtml>

Justiça libera verba para pagamentos

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 3,01 bilhões em pagamentos de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas em março de 2024. Isso quer dizer que aqueles que ganharam ações na Justiça contra a União ou suas entidades no mês passado, no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720), podem ter direito a sacar os valores. São 195.584 processos de 242.100 beneficiários.

Do valor total liberado, R\$ 2,37 bilhões são de atrasados de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Estão incluídas, por exemplo, revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 109.764 processos, com 142.273 beneficiários.

O depósito dos valores liberados segue cronograma próprio de cada Tribunal Regional Federal. O dia em que as contas serão liberadas para saque deve ser conferido na consulta de RPVs, disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável, esclarece o CJF.

O TRF da 1ª região, que tem sede no Distrito Federal e jurisdição em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, é o que distribuirá mais recursos.

Ao todo, o TRF-1 vai pagar R\$ 1.246.038.514,14. As despesas previdenciárias e assistenciais ficam com R\$ 1.014.935.895,44 - são 48.899 processos, com 58.062 beneficiários.

Como consultar?

O beneficiário deve consultar a situação no portal do Tribunal Regional Federal responsável pelo processo. Na consulta, é preciso informar o número do processo, o nome do advogado(a) e outros dados que variam entre os TRFs, como o número do CPF do autor.

Alerta contra golpes

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) emitiu alerta na última quinta-feira sobre falsários se passando por funcionários do órgão. A denúncia foi feita em São Paulo, por um servidor do instituto.

Os golpistas estavam se passando por servidores do órgão, indo até a casa das vítimas com falsos crachás para realizar a "prova de vida presencial", solicitando dados e foto dos beneficiários.

O segurado deve ficar atento e nunca atender "funcionários" do instituto em suas casas. Isso porque o órgão não envia trabalhadores de porta em porta. Além disso, nenhum benefício será cortado neste ano por falta de prova de vida até o dia 31 de dezembro.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Os gastos que ignoram o arcabouço (Editorial)

Mal teve de alterar as metas fiscais para 2025 e 2026, o governo terá de encarar mudanças bem mais profundas em seus gastos se não quiser dinamitar as bases do arcabouço fiscal. Reportagem publicada pelo Estadão mostrou que benefícios previdenciários e despesas nas áreas de saúde e educação colocarão a nova âncora em risco caso as regras que reajustam essas rubricas não sejam revistas.

Após o esfacelamento do antigo teto de gastos, o governo Lula propôs um novo dispositivo para conter os gastos e a trajetória da dívida pública. O crescimento das despesas foi limitado a 70% do avanço das receitas, mas os gastos teriam um piso e um teto e, portanto, um aumento garantido de 0,6% a 2,5% acima da inflação.

Tais limites foram estabelecidos para impedir que um aumento da arrecadação fosse integralmente consumido pelas despesas. Eles, no entanto, não valem para vários itens que aumentam à revelia do arcabouço, a partir de regras próprias fixadas por meio de lei e até mesmo na Constituição.

É o caso dos pisos constitucionais para os dispêndios com Saúde, equivalentes a 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), e com a Educação, correspondentes a 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI), que voltaram a vigorar assim que o teto de gastos foi oficialmente enterrado.

Proposta por medida provisória em maio do ano passado, a política permanente de valorização do salário mínimo, por sua vez, trouxe impactos significativos - e igualmente perenes - para a Previdência Social. Isso porque parte dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social está vinculada ao salário mínimo, reajustado conforme a variação da inflação do ano anterior e o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Devido a essas regras, os gastos com Saúde e Educação, segundo o banco BTG Pactual, devem ter um aumento real - ou seja, acima da inflação - de 4,1% em 2025, 3,7% em 2026 e 2027 e de 3,5% em 2028, mais que os 2,5% estipulados pelo arcabouço fiscal. O crescimento real das despesas com Previdência Social também deve superar o teto da âncora e atingir 4,1% em 2025, 2,9% em 2026, 2,7% em 2027 e 3,2% em 2028.

Mantidas as regras atuais apenas para os gastos da Saúde, todo o espaço das despesas discricionárias será consumido até 2028. Em outras palavras, não haverá um centavo sequer para os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para o pagamento de parte das emendas parlamentares, para o financiamento do Auxílio Gás e para quitar faturas de energia elétrica e água de ministérios, autarquias e universidades federais de todo o País.

Parece evidente que esses parâmetros terão de ser revistos antes que estrangulem o custeio da máquina pública e que coloquem o arcabouço em risco.

O que se vê, no entanto, é uma enorme resistência para rediscutir o engessamento do Orçamento que já existe, bem como iniciativas para amarrá-lo ainda mais. O governo Lula, por exemplo, já sinalizou apoiar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que fixa um porcentual mínimo de recursos, vinculado ao PIB, para a Defesa.

Não se trata de menosprezar a importância de Saúde, Educação e Defesa para o País, mas de questionar se não há formas mais eficientes de direcionar os recursos necessários para essas áreas e todas as demais que integram o Orçamento. A experiência mostra que, no caso dos pisos constitucionais, as verbas reservadas acabam empoçadas, enquanto outras áreas ficam na penúria à espera de desbloqueios e remanejamentos.

O País precisa ter maturidade para fazer suas escolhas e traduzi-las no Orçamento.

A existência de limites para crescimento das despesas deveria valer para toda e qualquer área, justamente para fortalecer o arcabouço fiscal, dar credibilidade às metas propostas pela equipe econômica e sinalizar uma trajetória de sustentabilidade para a dívida pública.

Só assim será possível criar um ambiente favorável para a redução estrutural da taxa básica de juros. Rever essas vinculações e impedir que novas sejam aprovadas não é nenhuma maldade, mas puro realismo fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF passa a calcular impacto econômico de processos levados a julgamento

Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já tomaram 16 decisões sobre processos com repercussão econômica e social relevante baseados no apoio da análise econômica feita pelo núcleo de assessores criado especificamente para esse fim. É uma forma de tentar trazer uma análise "independente" e mais "crível" aos dados e posições apresentados pelas partes, e que afetam governo, empresas e pessoas, afirmou em entrevista exclusiva ao Valor Guilherme Mendes Resende, assessor econômico do gabinete da presidência da Corte e um dos integrantes desse núcleo.

A área foi criada pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, no segundo semestre do ano passado, para fornecer subsídios aos ministros - são eles que decidem se o parecer vai ou não influenciar a tomada de decisão. Cabe ao relator do processo solicitar ou não o apoio da área técnica. A iniciativa ganha ainda mais força diante do julgamento de uma série de ações recentes com impacto econômico relevante e com alguns processos com dados totalmente distintos fornecidos pelas partes.

O caso mais emblemático foi o da "revisão da vida toda" dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em que o governo calculava um impacto de R\$ 480 bilhões em caso de derrota para a União e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), representando os aposentados, falava em um impacto de apenas R\$ 1,5 bilhão.

Resende contou que o trabalho do Núcleo de Processos Estruturais Complexos (Nupec) inclui desde calcular o possível impacto das decisões a partir de dados fornecidos pelas partes até desenvolver metodologias próprias ou adaptar métodos que já existem para o processo concreto. Em alguns casos, eles observam que os parâmetros macroeconômicos utilizados pelas partes estão defasados ou otimistas ou pessimistas demais, e pedem atualização ou eles mesmo fazem esse ajuste.

O objetivo é oferecer aos ministros do STF cenários e potenciais prós e contras de decisões do ponto de vista econômico. "É feito um parecer, e não uma visão nossa se é devido ou não, isso é uma questão de mérito. Mas mostramos se estamos de acordo com

aqueles valores [de impacto] que estão no processo", afirmou. As notas técnicas não trazem uma solução, e sim apontam caminhos, destacou.

Resende avalia que em alguns casos é possível ter uma compatibilização do direito com o impacto nas contas públicas da decisão, mas há processos em que pode existir um impacto econômico relevante para a União, porém há um direito maior a ser defendido. "As decisões aqui não são eminentemente econômicas. É uma questão de direito, muitas vezes. Mas, mesmo assim, não impede os ministros de quererem saber quais são esses impactos e tomarem uma decisão bem informada", explicou.

O primeiro processo analisado pelo Nupec foi o da taxa de correção das contas do FGTS. O ministro Luís Roberto Barroso, relator, considerou os cenários levantados pelo núcleo para alterar seu voto - propôs a correção pela poupança, mas colocou um limite temporal (modulação) com a regra valendo apenas a partir do ano de 2025 e para novos depósitos. Um risco para a União nesse caso era ter que corrigir o passado de todas as contas de FGTS. O processo ainda está em tramitação.

No caso do teto de precatórios, o núcleo reuniu as propostas que foram apresentadas por acadêmicos e apresentou os prós e contras da ideia do governo, que era classificar os encargos dos precatórios como dívida financeira (fora do cômputo da meta de resultado primário) e deixar somente o valor original como despesa primária, o que, conforme mostrou Resende na nota técnica apresentada aos ministros, contraria padrões internacionais e poderia criar um "incentivo perverso" na gestão fiscal do Estado, empurrando o governo a jogar despesas para precatórios, já que parte da conta não afetaria a meta.

"A proposta do governo seria uma solução que, talvez, trouxesse um alívio para as contas do governo. Mas o que a gente fez? Analisou essa proposta e viu soluções alternativas para mostrar para os ministros", contou. "No Supremo, são vários os fatores que vão ter que estar por trás da decisão, não só os econômicos, há questões sociais, culturais, segurança jurídica, ou seja, são vários fatores que vão ter que ser levados em conta na decisão. O econômico é mais um nível de informação para tomar a decisão." Um processo mais recente analisado pelo Nupec foi um

mandado de injunção em que a Defensoria Pública da União pediu em nome de um morador em situação de rua auxílio-moradia de R\$ 500. O núcleo adaptou estudos existentes sobre o tema para estimar o impacto financeiro da concessão de moradia a pessoas economicamente vulnerabilizadas. Também apontou que há políticas alternativas dos governos federal e estaduais para o déficit habitacional.

O núcleo, além de atuar nos casos concretos, também pretende fazer outros estudos, como para mostrar o impacto que as decisões do STF têm na sociedade. "Muitos falam do custo do Judiciário, mas também pouco se fala dos benefícios. Hoje, não se sabe codificar esse benefício que o STF gera", disse. "Muitas vezes, é interessante olhar para casos passados e ver qual foi o impacto daquela decisão anterior", completou.

Um acordo de cooperação foi fechado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aproveitar a expertise do órgão antitruste nesse caso de mensuração global do impacto de um órgão público. Um grupo de trabalho será formado definir uma agenda mais específica de cooperação, que envolverá outras funções, como capacitação de servidores.

Hoje, o Nupec é composto por quatro pessoas, mas há o desejo de que seja expandido - uma possibilidade seria a contratação de servidores externos, como o economista fez na sua equipe de pesquisas quando estava no Cade. Resende está no Supremo desde setembro do ano passado, mas é pesquisador do Ipea e, entre 2016 e 2023, foi economista-chefe do Cade.

A equipe vem conseguindo dar vazão aos pedidos que chegam, mas a expectativa é que as solicitações aumentem conforme o núcleo se torne mais conhecido pelos ministros. "O ministro pede uma vez e, normalmente, logo em seguida já pede de novo. Vemos que a demanda está aumentando", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851>

STF passa a calcular impacto econômico de processos levados a julgamento

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já tomaram 16 decisões sobre processos com repercussão econômica e social relevante baseados no apoio da análise econômica feita pelo núcleo de assessores criado especificamente para esse fim. É uma forma de tentar trazer uma análise "independente" e mais "crível" aos dados e posições apresentados pelas partes, e que afetam governo, empresas e pessoas, afirmou em entrevista exclusiva ao Valor Guilherme Mendes Resende, assessor econômico do gabinete da presidência da Corte e um dos integrantes desse núcleo.

A área foi criada pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, no segundo semestre do ano passado, para fornecer subsídios aos ministros - são eles que decidem se o parecer vai ou não influenciar a tomada de decisão. Cabe ao relator do processo solicitar ou não o apoio da área técnica. A iniciativa ganha ainda mais força diante do julgamento de uma série de ações recentes com impacto econômico relevante e com alguns processos com dados totalmente distintos fornecidos pelas partes.

O caso mais emblemático foi o da "revisão da vida toda" dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em que o governo calculava um impacto de R\$ 480 bilhões em caso de derrota para a União e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), representando os aposentados, falava em um impacto de apenas R\$ 1,5 bilhão.

Resende contou que o trabalho do Núcleo de Processos Estruturais Complexos (Nupec) inclui desde calcular o possível impacto das decisões a partir de dados fornecidos pelas partes até desenvolver metodologias próprias ou adaptar métodos que já existem para o processo concreto. Em alguns casos, eles observam que os parâmetros macroeconômicos utilizados pelas partes estão defasados ou otimistas ou pessimistas demais, e pedem atualização ou eles mesmo fazem esse ajuste.

O objetivo é oferecer aos ministros do STF cenários e potenciais prós e contras de decisões do ponto de vista econômico. "É feito um parecer, e não uma visão nossa se é devido ou não, isso é uma questão de mérito. Mas mostramos se estamos de acordo com aqueles valores [de impacto] que estão no processo", afirmou. As notas técnicas não trazem uma solução, e

sim apontam caminhos, destacou.

Resende avalia que em alguns casos é possível ter uma compatibilização do direito com o impacto nas contas públicas da decisão, mas há processos em que pode existir um impacto econômico relevante para a União, porém há um direito maior a ser defendido. "As decisões aqui não são eminentemente econômicas. É uma questão de direito, muitas vezes. Mas, mesmo assim, não impede os ministros de quererem saber quais são esses impactos e tomarem uma decisão bem informada", explicou.

O primeiro processo analisado pelo Nupec foi o da taxa de correção das contas do FGTS. O ministro Luís Roberto Barroso, relator, considerou os cenários levantados pelo núcleo para alterar seu voto - propôs a correção pela poupança, mas colocou um limite temporal (modulação) com a regra valendo apenas a partir do ano de 2025 e para novos depósitos. Um risco para a União nesse caso era ter que corrigir o passado de todas as contas de FGTS. O processo ainda está em tramitação.

No caso do teto de precatórios, o núcleo reuniu as propostas que foram apresentadas por acadêmicos e apresentou os prós e contras da ideia do governo, que era classificar os encargos dos precatórios como dívida financeira (fora do cômputo da meta de resultado primário) e deixar somente o valor original como despesa primária, o que, conforme mostrou Resende na nota técnica apresentada aos ministros, contraria padrões internacionais e poderia criar um "incentivo perverso" na gestão fiscal do Estado, empurrando o governo a jogar despesas para precatórios, já que parte da conta não afetaria a meta.

"A proposta do governo seria uma solução que, talvez, trouxesse um alívio para as contas do governo. Mas o que a gente fez? Analisou essa proposta e viu soluções alternativas para mostrar para os ministros", contou. "No Supremo, são vários os fatores que vão ter que estar por trás da decisão, não só os econômicos, há questões sociais, culturais, segurança jurídica, ou seja, são vários fatores que vão ter que ser levados em conta na decisão. O econômico é mais um nível de informação para tomar a decisão."

Um processo mais recente analisado pelo Nupec foi um mandado de injunção em que a Defensoria Pública

da União pediu em nome de um morador em situação de rua auxílio-moradia de R\$ 500. O núcleo adaptou estudos existentes sobre o tema para estimar o impacto financeiro da concessão de moradia a pessoas economicamente vulnerabilizadas. Também apontou que há políticas alternativas dos governos federal e estaduais para o déficit habitacional.

O núcleo, além de atuar nos casos concretos, também pretende fazer outros estudos, como para mostrar o impacto que as decisões do STF têm na sociedade. "Muitos falam do custo do Judiciário, mas também pouco se fala dos benefícios. Hoje, não se sabe codificar esse benefício que o STF gera", disse. "Muitas vezes, é interessante olhar para casos passados e ver qual foi o impacto daquela decisão anterior", completou.

Um acordo de cooperação foi fechado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aproveitar a expertise do órgão antitruste nesse caso de mensuração global do impacto de um órgão público. Um grupo de trabalho será formado definir uma agenda mais específica de cooperação, que envolverá outras funções, como capacitação de servidores.

Hoje, o Nupec é composto por quatro pessoas, mas há o desejo de que seja expandido - uma possibilidade seria a contratação de servidores externos, como o economista fez na sua equipe de pesquisas quando estava no Cade. Resende está no Supremo desde setembro do ano passado, mas é pesquisador do Ipea e, entre 2016 e 2023, foi economista-chefe do Cade.

A equipe vem conseguindo dar vazão aos pedidos que chegam, mas a expectativa é que as solicitações aumentem conforme o núcleo se torne mais conhecido pelos ministros. "O ministro pede uma vez e, normalmente, logo em seguida já pede de novo. Vemos que a demanda está aumentando", afirmou.

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2024/04/24/stf-passa-a-calculiar-impacto-economico-de-processos-levados-a-julgamento.ghtml>

Beneficiários do INSS começam a receber o 13º a partir de hoje

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber a partir de hoje a primeira parcela do 13º salário. Em geral, a primeira parcela do abono anual ocorre em agosto.

No mês passado, o governo federal determinou a antecipação do pagamento das duas parcelas do 13º salário a 33,6 milhões de beneficiários. De acordo com dados da folha, o volume de recursos só com a primeira parcela do benefício injetará R\$ 33,68 bilhões na economia brasileira.

O valor antecipado corresponde a 50% do total do abono anual, e sobre a primeira parcela não incide desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O calendário de pagamentos leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço, também chamado de Número de Identificação Social (NIS).

O dinheiro será depositado com o benefício referente ao mês de abril, pago entre 24 de abril e 8 de maio. Os segurados com benefício com dígito final 1 e que ganham até um salário mínimo vigente (R\$1.412) serão os primeiros a receber e, assim, por dia diante.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/#page/4>

Fraude com sistema do INSS é investigada

GIOVANI GRIZOTTI giovani.grizotti@rbstv.com.br

Um suposto esquema de fraude que pode contar com a participação de **servidores públicos** consegue acessar sistemas do governo federal para desbloquear benefícios de aposentados e liberar a contratação de empréstimos para golpistas. O serviço ilegal é ofertado livremente em aplicativos de mensagens.

Com a fraude, os criminosos conseguem liberar desconto em contracheques do **INSS** que têm restrição para consignados e ainda alterar senhas do sistema Gov. br, que dá acesso a serviços como **Previdência Social**, Carteira Digital de Trânsito, entre outros. Reportagem do Grupo de Investigação da RBS (GDI), exibida pelo Jornal Nacional, demonstrou como a fraude funciona em tempo real e revelou que golpes são aplicados por estelionatários que se fazem passar pelas vítimas.

A denúncia que embasou a reportagem partiu de uma promotora de vendas de Alvorada que trabalha para sete financeiras, que procurou a Polícia Federal para relatar a fraude. Ela diz que aposentados chegam a aguardar 60 dias quando solicitam a liberação de forma legal. Por questão de segurança, assim que uma aposentadoria é aprovada, o benefício é bloqueado para empréstimos. O beneficiário também pode pedir a restrição a qualquer momento. Cliente da promotora de vendas, um porteiro aposentado de Alvorada que pediu para não ser identificado tinha solicitado ao **INSS** o desbloqueio do seu benefício no dia 13 de março, porque precisava de dinheiro para consertar o carro.

- Minha esposa é pessoa com deficiência, é uma dificuldade para nós andai" de ônibus - diz.

A promotora de vendas afirma que esse tipo de lentidão estimula um mercado clandestino de desbloqueio de benefícios.

- Eu pago e, dentro de 15 minutos, o benefício está desbloqueado. Dentro de uma hora, o dinheiro

está na conta do cliente e ele está feliz - afirma ela

Desbloqueio

Diante da tela de um computador e de um celular, ela demonstrou como funciona a fraude. Naquele dia, o aposentado aguardava havia 28 dias pelo desbloqueio. Por R\$ 80, ela encomendou o serviço a

um homem via WhatsApp. Em duas horas, a tela do Meu **INSS** mostrava que o contracheque estava liberado para consignados.

Nesse caso, o esquema foi feito para tirar um empréstimo de forma legal. Mas golpistas

se valem da fraude para tirar consignados em nome dos aposentados e embolsar o dinheiro. Para isso, existe um crime ainda mais grave: a alteração de senha do sistema Gov.br, que dá acesso a serviços do governo federal.

A correspondente bancária diz que os fraudadores conseguem mudar a senha de qualquer conta para assumir a identidade das vítimas. Depois, entram no aplicativo Meu **INSS** e se fazem passar pelos aposentados para conseguir os empréstimos. Para mostrar que a fraude é real, ela usou o próprio CPF. Por R\$ 100, conseguiu uma senha provisória, que depois foi alterada para outra, definitiva.

- Com o reset da senha, tu entras ali e consegue pegar documentos. O que o golpista vai fazer? Ele tem todos os acessos, ele tem tudo referente ao Gov.br.

Com autorização da promotora de vendas, o GDI informou os dados do benefício e do CPF que teve a senha recriada no serviço Gov.br ao **INSS** e ao Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (Serpro).

Atuação de servidor sera apurada, diz orgao

Em nota, o Ministério da Gestão e Inovação, ao qual o Serpro está vinculado, disse que vai comunicar as autoridades competentes para averiguação. Mas não informou qual login foi utilizado na fraude. Conforme a nota, sempre que uma conta do Gov.br é recriada, o nível de acesso é reduzido por medida de segurança.

O presidente do **INSS**, Ales-sandro Stefanutto, diz que o

acesso ao sistema para desbloquear o benefício mostrado na reportagem ocorreu em Roraima, e que o servidor responsável será investigado.

- Tudo leva a crer que foi um servidor. Mas a gente tem que tomar cuidado, porque, com alguma forma de tecnologia, podem ter capturado as credenciais do funcionário - disse Stefanutto.

O presidente do **INSS** também garantiu empenho para reduzir

o tempo de espera pelos desblo-queios solicitados licitamente. A Polícia Federal diz que há investigações em curso sobre esse tipo de esquema fraudulento.

GZH

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/#page/4>

Segurados do INSS podem sacar valor

Do Estadão Conteúdo

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 3,01 bilhões em pagamentos de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas em março de 2024. Isso quer dizer que aqueles que ganharam ações na Justiça contra a União ou suas entidades no mês passado, no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720), podem ter direito a sacar os valores. São 195.584 processos de 242.100 beneficiários.

Do valor total liberado, R\$ 2,37 bilhões são de atrasados de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Estão incluídas, por exemplo, revisões de aposentadorias, auxílio-doença, pensões e outros benefícios, que somam 109.764 processos, com 142.273 beneficiários.

COMO CONSULTAR?

O beneficiário deve consultar a situação no portal do Tribunal Regional Federal responsável pelo processo. Na consulta, é preciso informar o número do processo, o nome do advogado(a) e outros dados que variam entre os TRFs, como o número do CPF do autor.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

INSS começa a pagar 13º de aposentados e pensionistas

Gustavo Silva

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar hoje a primeira parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas. Os valores serão depositados junto com os benefícios referentes ao mês deste mês, cujo pagamento ocorre entre os dias 24 de abril e 8 de maio.

Segundo o governo, cerca de 33,6 milhões de beneficiários serão contemplados com o adiantamento do abono. A medida vai injetar aproximadamente R\$ R\$ 33,68 bilhões na economia, conforme indicado pelos dados da folha de pagamentos de março.

O valor extra no orçamento vem em bora hora, mas é preciso cuidado na hora de usá-lo. Ele pode servir para quitar uma dívida, realizar algum projeto ou ser poupado para uma futura emergência.

Por isso, é preciso planejar seu uso.

Luis Guingo, planejador financeiro CFP pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar), explica que, para aproveitar o dinheiro extra, o primeiro passo deve ser fazer uma análise do orçamento para entender qual uso dos valores faz mais sentido.

- A ideia é utilizá-lo, principalmente, para conseguir gerar um resultado na sua vida financeira que só com a sua renda normal você não conseguiria - afirma.

A quantia antecipada corresponde a 50% do valor total do abono anual, e sobre essa primeira parcela não incidem descontos, como do Imposto de Renda, que serão cobrados apenas na segunda parcela, programada para ser paga com os benefícios de maio, entre o fim do mês que vem e o início de junho.

O 13º salário é destinado a aposentados, pensionistas e pessoas que receberam, ao longo de 2024, benefícios temporários, como auxílio por incapacidade temporária e auxílio-reclusão. Porém, o valor é proporcional ao tempo de recebimento do benefício.

Os beneficiários do salário-maternidade também têm direito ao 13º proporcional- ,contudo, ele é pago junto com a última parcela do benefício.

Quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) ao Idoso e à Pessoa com Deficiência não tem direito ao valor adicional.

ON-LINE Os beneficiários podem consultar o valor do 13º no site ou no app Meu **INSS**

FIQUE LIGADO

COMO USAR BEM O BENEFÍCIO

Contas em ordem

Se a prioridade do aposentado ou pensionista é colocar o orçamento em ordem, o planejador financeiro Luis Guingo recomenda que se observe as condições para que a dívida seja quitada da maneira mais vantajosa. Ele ainda lembra que o programa Desenrola Brasil também é um caminho.

- Às vezes, dependendo da origem da dívida, os juros são absurdos e fica impagável.

Antes de pagar, é bom conversar para renegociar e tentar baixar o preço, ou até esperar os feirões que acontecem no país para pagar com desconto e não se descapitalizar.

.....

Reserva de emergência

Guingo também observa que uma alternativa estratégica é aproveitar os valores para criar uma reserva financeira, primordial para imprevistos: - Se ocorrer alguma emergência, a pessoa não vai ter de onde tirar dinheiro, vai se apertar, atrasar outras contas, ao passo que se tivesse uma reserva naquele momento conseguiria tirar dali e não impactar o seu caixa mensal. Pensar na possibilidade de montar uma reserva de emergência é também uma forma de aproveitar melhor esse adiantamento.

.....

investir ou comprar?

A chegada de um valor extra do orçamento também pode possibilitar a realização de planos que antes não eram possíveis apenas com a renda mensal, como

comprar algo ou fazer melhorias em casa, mas é preciso equilíbrio.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

- Esse desejos e necessidades são válidos e podem fazer sentido caso não haja uma prioridade que torne a vida financeira mais saudável - recomenda Guingo.

Ele acrescenta que uma possibilidade é também negociar o preço na hora da compra, ou aproveitar as datas e eventos promocionais.

- Muitas lojas têm a armadilha de ofertas com parcelamento sem juros, mas desconto à vista, o que na prática quer dizer que o parcelado tem juros. Ainda assim, é bom sempre avaliar a possibilidade do parcelado, porque se você tem de fato uma compra dividida sem juros, e um desconto à vista muito pequeno, geralmente vale mais a pena optar pelo parcelamento, porque aí você dilui aquela despesa.

.....

Calendário (até um salário mínimo)

Final do NIS: 1 - pagamentos em 24/4 e 24/5

Final do NIS: 2 - pagamentos em 25/4 e 27/5

Final do NIS: 3 - pagamentos em 26/4 e 28/5

Final do NIS: 4 - pagamentos em 29/4 e 29/5

Final do NIS: 5 - pagamentos em 30/4 e 31/5

Final do NIS: 6 - pagamentos em 2/5 e 3/6

Final do NIS: 7 - pagamentos em 3/5 e 4/6

Final do NIS: 8 - pagamentos em 6/5 e 5/6

Final do NIS: 9 - pagamentos em 7/5 e 6/6

Final do NIS: 0 - pagamentos em 8/5 e 7/6

.....

Calendário (acima de um salário mínimo)

Final do NIS: 1 e 6 - pagamentos em 2/5 e 3/6

Final do NIS: 2 e 7 - pagamentos em 3/5 e 4/6

Final do NIS: 3 e 8 - pagamentos em 6/5 e 5/6

Final do NIS: 4 e 9 - pagamentos em 7/5 e 6/6

Final do NIS: 5 e 0 - pagamentos em 8/5 e 7/6

Inss começa pagamento de mais um lote com valor extra - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

O pagamento do 13º salário do **INSS** é devido aos beneficiários que recebem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, auxílio-doença e salário-maternidade.

Quem recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) não tem direito aos valores, ou seja, são cerca de seis milhões de pessoas que ficam de fora do pagamento extra.

Quanto às pessoas que possuem direito ao benefício, mas não vão receber a antecipação, referem-se àquelas que começaram a receber após o início da antecipação, pois não há tempo hábil de incluir o abono nas folhas de pagamento.

Dessa forma, o valor entra na conta no final do ano.

Além dessas situações, há aqueles que possuem término previamente definido, ou seja, os benefícios temporários. Essas pessoas receberão a antecipação de valor proporcional caso o fim seja antes de dezembro.

O calendário de pagamentos do **INSS** tem organização conforme o último número do benefício e a renda dos beneficiários. No dia de hoje, quem recebe um salário mínimo e tem número de benefício final 1 começa a receber. O valor corresponde a R\$ 1.412 mais 50% referente ao 13º salário do **INSS**. Essa lógica serve para qualquer valor que o beneficiário receba.

Contudo, a segunda parcela tem desconto do Imposto de Renda para quem contribui.

Datas de pagamento para quem recebe um salário mínimo, do final 1 ao 0, respectivamente: 24/04; 25/04; 26/04; 29/04; 30/04; 02/05; 03/05; 06/05; 07/05 e 08/05.

Datas de pagamento para quem recebe acima do salário mínimo: finais 1 e 6, 02/05; finais 2 e 7, 03/05; finais 3 e 8, 06/05; finais 4 e 9, 07/05; finais 5 e 0, 08/05.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12296/24-04-2024.html>

Justiça libera atrasados do INSS

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 3,01 bilhões em pagamentos de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas em março de 2024. Isso quer dizer que aqueles que ganharam ações na Justiça contra a União ou suas entidades no mês passado, no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720), podem ter direito a sacar os valores. São 195.584 processos de 242.100 beneficiários.

Do valor total liberado, R\$ 2,37 bilhões são de atrasados de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Estão incluídas, por exemplo, revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 109.764 processos, com 142.273 beneficiários.

O depósito dos valores liberados segue cronograma próprio de cada Tribunal Regional Federal. O dia em que as contas serão liberadas para saque deve ser conferido na consulta de RPVs, disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável.

Na consulta, é preciso informar o número do processo, o nome do advogado(a) e outros dados que variam entre os TRFs, como o número do CPF do autor.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12296/24-04-2024.html>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 24/04/2024 - 08:01
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (24) a parcela de abril do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,90. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,19 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 130 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 120 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,68 milhões de famílias estão na regra de proteção em abril. Em vigor desde junho de 2023, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 6. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

INSS começa a pagar nesta quarta décimo terceiro antecipado

Publicado em 24/04/2024 - 06:45 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber nesta quarta-feira (24) a antecipação do décimo terceiro. Até 8 de maio, mais de 33,6 milhões de segurados receberão a primeira parcela, que será paga conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro está disponível desde a semana passada. A consulta pode ser feita tanto pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para celulares e tablets, quanto pelo site gov.br/meuinss.

Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Confira o calendário de pagamento

O decreto com a antecipação do décimo terceiro foi assinado em março. Este será o quinto ano seguido em que os segurados do **INSS** receberão o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho.

Segundo o Ministério da Previdência, o pagamento do décimo terceiro antecipará a entrada de R\$ 67,6 bilhões na economia. Desse total, R\$ 33,68 bilhões correspondem à primeira parcela, referente à competência de abril e que será paga entre o fim de abril e o início de maio. O restante corresponde à segunda parcela, da competência de maio, a ser paga no fim de maio e início de junho.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério da Previdência esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Auxílio Brasil, não têm direito a décimo terceiro salário.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/inss-comeca-pagar-nesta-quarta-decimo-terceiro-antecipado>

Bloqueio de benefício do INSS e alteração de senha: saiba como agir diante de fraudes no sistema

Por **Giovani Grizotti**, RBS TV

Golpistas conseguiram acessar benefícios do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** para contratar empréstimos consignados de aposentados. O esquema também permitia o acesso a serviços federais de forma on-line, sem a ciência das vítimas. Confira como agir diante desses casos.

?? Acesse o canal do g1 RS no WhatsApp

O Ministério da Gestão e Inovação compartilhou, em nota, orientações de como proceder diante do esquema, tanto para a prevenção quanto para descobrir eventuais fraudes:

Não aceitar ajuda de desconhecidos para mudar a senha no portal GOV.BR; Seguir o link de recuperação de senha, caso a senha cadastrada inicialmente não funcione; Em caso de dúvidas, falar com um atendente pelo gov.br/atendimento.

Além disso, é necessário confirmar se é possível acessar a conta de pessoa física no portal GOV.BR. Caso a senha cadastrada originalmente ou o e-mail não garantam o acesso, há indícios de fraude. Consultar com frequência o portal, para verificar se há irregularidades, é também uma medida de precaução.

O especialista em tecnologia Ronaldo Prazo alerta que, mesmo com os esforços virtuais, os esquemas possivelmente contam com a conivência de um agente interno, e não de hackers.

A hipótese mais plausível é que seja alguém de dentro, algum funcionário, um operador ou alguém mais técnico que tenha permissão de ir na base de dados e fazer essa alteração da senha, afirma.

Ele também diz que os golpistas conseguem mudar o e-mail inicialmente atrelado à pessoa física. Sem aplicar a senha de terceiros, isso não seguiria o fluxo normal. Para ele, é um indício de que a fraude conta com a participação de agentes, que usam o banco de dados do sistema.

O esquema

Uma quadrilha realizava um esquema em que tinha acesso ao **INSS** para contratar empréstimos consignados em nome de terceiros, sem a ciência dos aposentados. Além disso, permitia o acesso à conta GOV.BR, de onde se beneficiavam.

De acordo com uma corretora que prefere não ser identificada, o grupo cobrava de R\$ 70 a R\$ 100 para desbloquear os benefícios nessas contas, em questão de minutos. Legalmente, para conseguir o valor da aposentadoria, o processo é feito em uma agência ou pela internet, mas leva semanas ou meses até ser aprovado.

A quadrilha negociava acesso a conta de aposentados e, com isso, faziam empréstimos consignados, sem a ciência deles. Para isso, originavam uma nova senha, com a provável conivência de funcionários. Uma vítima teve um prejuízo de R\$ 74 mil, com a fraude, em razão de sete empréstimos consignados que não solicitou.

Os fraudadores eram encontrados na internet, e o contato para negociar os benefícios era feito por telefone.

Segundo a Polícia Federal, em operações realizadas no passado, estagiários e terceirizados estavam envolvidos no esquema. Também foi investigado que algumas senhas foram conseguidas por fraudadores a partir de dispositivos clandestinos instalados em computadores de servidores do **INSS**.

Nota do Ministério da Gestão e Inovação:

O Ministério da Gestão orienta as pessoas a não aceitar ajuda de terceiros para recuperação da senha do GOV.BR. No site oficial do governo, existe o passo a passo para recuperação de senha: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acesibilidade-e-usuario/atendimento-gov.br/duvidas-na-conta-gov.br/recuperar-conta-gov.br>. Caso seja necessário, os usuários podem utilizar os canais oficiais da pasta para sanar dúvidas sobre a sua conta no GOV.BR, como o gov.br/atendimento

Em relação às possíveis fraudes, o Ministério da

Gestão esclarece que fará uma comunicação às autoridades competentes para a averiguação dos fatos. Todas as informações de acessos e atendimentos são registradas na plataforma do governo federal, o que facilita a investigação.

Lembrando que sempre que uma senha do GOV.BR for resetada, a conta se torna de nível bronze. Neste nível, os serviços mais sensíveis (como a declaração pré-preenchida de Imposto de Renda e a solicitação da Carteira de Trabalho Digital) não estão disponíveis, só podendo ser acessados com uma conta Prata ou Ouro. Caso exista a desconfiança de uma possível fraude, o ministério ressalta a importância do registro de um Boletim de Ocorrência para possibilitar a devida investigação policial.

VÍDEOS: Tudo sobre o RS

Site: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/24/bloqueio-de-beneficio-do-inss-e-alteracao-de-senha-saiba-como-agir-diante-de-fraudes-no-sistema.ghtml>

13º do INSS: pagamento para quem recebe até 1 salário mínimo começa nesta quarta; veja o calendário

Por g1

Começa nesta quarta-feira (24) o pagamento do abono anual aos beneficiários da **Previdência Social**, também conhecido como 13º do **INSS** para quem recebe até 1 salário mínimo. Para quem recebe mais, os pagamentos começam no dia 2 de maio.

Primeiros a receber serão os beneficiários com Número de Identificação Social (NIS) com final 1. No mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou um decreto que antecipou o repasse.

Terão direito ao abono pessoas que, em 2024, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão da **Previdência Social**. Mais de 33,7 milhões serão beneficiados.

Tradicionalmente, o abono seria pago no segundo semestre de cada ano. No entanto, nos últimos anos, o governo passou a antecipar o benefício com o objetivo de estimular a economia. Em 2022 e em 2023, por exemplo, o abono foi pago em maio e junho.

De acordo com o decreto, o abono será pago em duas parcelas. Veja abaixo.

Veja o calendário de pagamento do 13º do **INSS**

?? PARA QUEM RECEBE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

Final do NIS: 1 - pagamentos em 24/4 e 24/5
Final do NIS: 2 - pagamentos em 25/4 e 27/5
Final do NIS: 3 - pagamentos em 26/4 e 28/5
Final do NIS: 4 - pagamentos em 29/4 e 29/5
Final do NIS: 5 - pagamentos em 30/4 e 31/5
Final do NIS: 6 - pagamentos em 2/5 e 3/6
Final do NIS: 7 - pagamentos em 3/5 e 4/6
Final do NIS: 8 - pagamentos em 6/5 e 5/6
Final do NIS: 9 - pagamentos em 7/5 e 6/6
Final do NIS: 0 - pagamentos em 8/5 e 7/6

?? PARA QUEM RECEBE MAIS QUE 1 SALÁRIO MÍNIMO

Final do NIS: 1 e 6 - pagamentos em 2/5 e 3/6
Final do NIS: 2 e 7 - pagamentos em 3/5 e 4/6
Final do NIS: 3 e

8 - pagamentos em 6/5 e 5/6
Final do NIS: 4 e 9 - pagamentos em 7/5 e 6/6
Final do NIS: 5 e 0 - pagamentos em 8/5 e 7/6

LEIA TAMBÉM

Saiba tudo sobre o Imposto de Renda 2024
Veja quem é obrigado a declarar
Veja como baixar o programa
Veja o calendário dos lotes de restituição

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/04/24/13o-do-inss-pagamento-para-quem-recebe-ate-1-salario-minimo-comeca-nesta-quarta-veja-o-calendario.ghtml>

13º salário do INSS: pagamento de aposentados e pensionistas começa a ser feito hoje: veja calendário 2024

O pagamento do 13º para aposentados e pensionistas do **INSS** começa nesta quarta-feira . O crédito foi antecipado por meio de um decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de aposentados e pensionistas , segurados e dependentes que tenham recebido em 2024 o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente ou auxílio-reclusão também têm direito a receber os valores antecipadamente.

O abono costuma ser pago no segundo semestre de cada ano, nos meses de agosto e novembro. Mas, nos últimos anos, o governo tem antecipado o pagamento para estimular a economia. No ano passado, os depósitos foram feitos em maio e junho.

Como mostrou o GLOBO, cerca de 33 milhões de beneficiários devem receber o repasse. A medida deve injetar na economia no primeiro semestre em torno de R\$ 66 bilhões.

O pagamento será feito em duas parcelas:

Na hipótese de o benefício ser cessado antes de 31 de dezembro de 2024, será pago o valor proporcional do abono anual.

Aposentados e deficientes da baixa renda que recebem benefício assistencial, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não têm direito à gratificação.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/24/13-o-salario-do-inss-pagamento-de-aposentados-e-pensionistas-comeca-a-ser-pago-hoje-veja-calendario-2024.ghtml>

Rombo pode ir a R\$ 81 bilhões

» **ÂNDREA MALCHER**

A Proposta de Emenda à Constituição 10/23, conhecida como PEC do Quinquênio, pode custar cerca de R\$ 81,6 bilhões aos cofres públicos, entre 2024 e 2026. A estimativa é de uma nota técnica emitida pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado. A PEC concede um adicional de 5% a cada cinco anos a carreiras do Judiciário, apesar de limitada a 35% do salário.

A nota técnica foi formulada a pedido do gabinete da liderança do governo no Congresso.

O documento ressalta que os efeitos são "inegavelmente severos em termos de suas consequências sobre o aumento de gastos".

"Tendo essas restrições em mente, conclui-se que o impacto financeiro anual da PEC nº 10, de 2023, na forma original em que foi apresentada, é estimado em R\$ 10,3 bilhões anuais caso tivesse sido vigente em todo o exercício de 2024; em R\$ 10,9 bilhões para 2025, e R\$ 11,4 bilhões para 2026", adverte a nota técnica.

A PEC - de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - destinava o benefício apenas a juizes, promotores e procuradores do Ministério Público. Mas o relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 17 de abril, expandiu a vantagem para ministros e conselheiros dos tribunais de contas, advogados públicos, integrantes das carreiras jurídicas, defensores públicos e delegados da Polícia Federal (PF).

O texto de Eduardo Gomes vai mais além. Permite, ainda, que "**servidores públicos** que, por previsão constitucional ou das respectivas leis de regência, sejam impedidos ou optem por não exercer outra atividade remunerada, poderão, por decisão do respectivo Poder ou órgão autônomo, em cada caso, fazer jus" ao benefício.

Defesa Apesar do rombo estimado pela nota técnica, Pacheco manteve a defesa do texto aprovado na CCJ. Segundo ele, a economia para as contas públicas que seria gerada com o projeto de lei que combate os supersalários é "superior ao que é o incremento de gasto dentro do orçamento" para o bônus de 5% a cada cinco anos.

Pacheco afirmou que caso a matéria seja aprovada na Câmara e no Senado, a promulgação aguardará a tramitação do PL dos Supersalários. "Há um compromisso meu com a estruturação das carreiras do Judiciário e do Ministério Público. Só será promulgada se houver aprovação do projeto de lei que acaba com supersalários no Brasil", afirmou.

Segundo Pacheco, é preciso "dar condições para a magistratura e para o Ministério Público terem uma estruturação de carreira".

"Vamos ter toda a responsabilidade de dialogar com o Poder Executivo, já que (a PEC) estende a carreiras que estão vinculadas ao Executivo, para que haja o dimensionamento do custo disso", observou o senador.

No café da manhã com os jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou que se encontrará com Pacheco, ainda esta semana, para tratar da PEC que pode piorar as contas públicas.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5882/24-04-2024.html?all=1>

PEC do Quinquênio tem impacto de R\$ 81,6 bi em três anos, diz Senado

CAMILA TURTELLI E GERALDA DOCA BRASÍLIA

Aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a chamada PEC do Quinquênio, que prevê aumento de 5% nos vencimentos de juízes e promotores a cada cinco anos, pode ter um impacto aos cofres públicos de até R\$ 81,6 bilhões entre 2024 e 2026. A estimativa consta em parecer da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, que aponta a inconstitucionalidade da proposta.

"O impacto financeiro anual da PEC nº 10, de 2023, na forma original em que foi apresentada, é estimado em R\$ 10,3 bilhões anuais caso tivesse sido vigente em todo o exercício de 2024; em R\$ 10,9 bilhões para 2025 e R\$ 11,4 bilhões para 2026", diz o estudo.

Para a consultoria, os efeitos da proposta sobre as finanças são "inegavelmente severos em termos de suas consequências sobre o aumento de gasto".

A nota técnica foi feita a pedido do Gabinete da Liderança do Governo.

O estudo afirma que a PEC contraria a Constituição, por exemplo, em relação à restrição de que novos encargos (inclusive em despesas de pessoal) não podem ser **impostos** pela União aos entes federados sem a previsão de fonte orçamentária e financeira.

BOMBA FISCAL

Outro ponto é sobre a obrigatoriedade de aplicação do teto remuneratório. Segundo técnicos, os recebimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, poderiam aumentar em 35%.

O governo tem se movimentado para tentar conter o avanço da proposta. A bomba fiscal, caso se concretize, pode chegar a comprometer planos do Executivo, que tenta desde o início do atual mandato elevar a receita para colocar em prática programas sociais.

O benefício garante um ganho de 5% do salário, a ser pago a cada cinco anos de serviço público, até o limite de 30%. O relator Eduardo Gomes (PL- TO) afirmou que vai realizar ajustes na proposta até a votação final. O texto recebeu 18 votos favoráveis, sete contrários e

uma abstenção.

Inicialmente, o projeto estava limitado a magistrados e integrantes do MP. O texto aprovado na CCJ na semana passada, no entanto, amplia o benefício para outras carreiras, como defensores públicos e delegados da Polícia Federal. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avalia que é melhor desidratar a proposta e voltar ao texto original para reduzir o impacto fiscal. Também seria uma forma de minimizar as resistências ao projeto.

- Houve um alargamento do rol de carreiras pelo relator, senador Eduardo Gomes, e na Comissão de Constituição e Justiça. Esse alargamento que é objeto de discussão nesse momento. E nós vamos ter toda a responsabilidade de dialogar com o Poder Executivo - afirmou o presidente do Senado.

A PEC do quinquênio foi gestada no governo de Jair Bolsonaro em conversas entre Pacheco e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. Na época, havia uma crise institucional entre os poderes inflamada pelo então chefe do Executivo. Enquanto o magistrado pleiteava o aumento de 5% nos vencimentos de juízes e promotores, a cada cinco anos, Pacheco pedia o avanço de ações que pudessem definir que cabe ao Legislativo a palavra final sobre a cassação de parlamentares condenados pelo STF.

OUTRAS PROPOSTAS QUE PREOCUPAM O GOVERNO

Emendas de comissão

O presidente Lula vetou parte do montante destinado pelos parlamentares às emendas de comissão, cujo impacto aos cofres públicos seria de cerca de R\$ 5,6 bilhões, mas o Congresso ameaça derrubar a decisão ainda esta semana.

Perse

A Fazenda propôs o fim gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos até 2027, e o governo previa extingui-lo este ano, mas o Congresso resiste. A prorrogação aprovada ontem na Câmara geraria impacto de R\$ 15 bilhões. Texto seguiu para o Senado.

Desoneração de prefeituras

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tornou sem efeito trechos de MP que cancelavam a prorrogação da desoneração de prefeituras na contribuição previdenciária, o que pode impactar o governo em R\$ 10 bilhões. A AGU avalia as implicações jurídicas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad se encontra com senadores para tentar barrar PEC do Quinquênio

Por *Julia Duailibi*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se encontrou com 18 senadores na noite desta terça-feira (23) para tentar evitar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio. Na reunião, Haddad disse que seria uma temeridade a aprovação do texto.

Defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC do Quinquênio prevê aumento salarial de 5% a cada cinco anos de serviço para membros do Judiciário e do Ministério Público. Se aprovada, a PEC pode causar um impacto de mais de R\$ 80 bilhões nas contas públicas, segundo estudos do Senado.

O encontro entre Haddad e os senadores foi feito na casa do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e contou com a presença do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Durante a reunião, Pacheco chegou a ser elogiado por Haddad e Padilha. Por outro lado, o ministro da Fazenda lembrou que notícias, como a do avanço da PEC do Quinquênio, atrapalham a conjuntura econômica.

Na reunião, Haddad disse que a economia está indo melhor e afirmou que semana tem sido positiva em relação ao dólar, que recuou após uma sequência de altas.

O ministro também falou sobre as incertezas no cenário internacional, que impactam na economia do país, e contou que se encontrou com representantes da agência de classificação de risco Moody's na terça-feira.

Segundo Haddad, a agência deve divulgar em breve a nota de crédito do Brasil, a qual tende ser influenciada por decisões de gastos tomadas pelo Congresso.

Haddad defendeu ainda que seria importante mostrar que o país está atento à questão das contas públicas. Com a conversa, o ministro tenta dissuadir os senadores de aprovar a PEC do Quinquênio. O texto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e pode ir ao plenário da Casa em

maio.

Ainda nesta terça-feira, Pacheco disse que a PEC do Quinquênio só será promulgada se o projeto de combate aos chamados supersalários no funcionalismo público, que ultrapassam o teto constitucional de R\$ 44 mil, for aprovado.

Apesar da má notícia sobre a PEC do Quinquênio, que avança no Senado, a equipe econômica comemorou o limite de gasto de R\$ 15 bilhões com Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado no início da pandemia.

A manutenção do Perse com o teto de R\$ 5 bilhões por ano até 2026 foi um acordo entre Haddad e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os dois entenderam que o programa deveria ter um limite de gastos.

Além disso, a área econômica do governo vê outros dois pontos considerados positivos para esta quarta-feira (24): a votação na Câmara do projeto que limita a compensação tributária (que deve ser aprovado) e a apresentação de parte da regulamentação da **Reforma Tributária**.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2024/04/24/haddad-se-encontra-com-senadores-para-tentar-barrar-pec-do-quinquenio.ghtml>

Lula diz que "tudo no Brasil é gasto" e critica foco em superávit primário

IANDER PORCELLA, SOFIA AGUIAR, GABRIEL HIRABAHASI e CAIO SPECHOTO/BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem a visão de que despesas com educação, saúde e programas sociais são consideradas "gastos". Segundo ele, "tudo no Brasil é gasto" e "a única coisa que parece investimento é o superávit primário", em referência ao esforço para equilibrar as contas públicas.

Feita em café da manhã com jornalistas, a declaração de Lula sobre o superávit primário (receitas menos despesas do governo, sem contar o pagamento de juros da dívida pública) ocorre num momento em que há um grande debate entre economistas sobre o desequilíbrio das contas públicas e seus efeitos para o País. Na semana passada, o governo mudou as metas fiscais para os próximos anos, passando a prever superávit primário só em 2026.

As críticas que têm sido feitas ao governo são de que o ajuste fiscal foca excessivamente o aumento das receitas, sem um esforço sustentável no corte de gastos. "O problema é que aqui no Brasil tudo é tratado como se fosse gasto.

Dinheiro para pobre é gasto, investimento em saúde é gasto, investimento em educação é gasto", disse o presidente.

A declaração aumenta a pressão sobre a equipe econômica, num momento em que estão mais limitadas as opções para elevar a arrecadação e, com isso, tentar zerar o déficit nas contas públicas.

Depois de ter conseguido aprovar no ano passado medidas como a tributação dos fundos exclusivos e em paraísos fiscais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem encontrado mais resistência para avançar com a agenda arrecadatória. Em março, a arrecadação bateu recorde, mas analistas dizem que o ritmo nos próximos meses é incerto (mais informações na pág. B3).

Em meio ao aumento de greves em universidades e institutos federais em vários Estados, Lula disse ainda que o governo está "preparando aumento de salário para todas as carreiras". Ele acrescentou, porém, que o reajuste não deve ser na integralidade do que os

servidores públicos estão demandando. "Estamos preparando aumento de salário para todas as carreiras. E vai ter aumento. Nem sempre é tudo o que a pessoa pede. Muitas vezes é aquilo que a gente pode dar." Após um aumento linear de 9% em 2023, que teve impacto fiscal de cerca de R\$ 12 bilhões no ano fechado, o governo prevê inicialmente apenas a correção de benefícios neste ano, com cerca de R\$ 3 bilhões reservados no Orçamento de 2024 - o que desagradou aos servidores do Executivo, que pedem isonomia com os funcionários do Legislativo e do Judiciário.

Mas o Ministério de Gestão e Inovação defende usar parte dos R\$ 15 bilhões em créditos extras que podem ser liberados pelo Congresso (a mudança no arcabouço já foi aprovada na Câmara) para conceder reajustes salariais para carreiras específicas ainda neste ano.

Perspectiva

Com a mudança nas metas fiscais, previsão do governo é só alcançar superávit em 2026

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Invasão a sistema do governo tem desvio de pelo menos R\$ 3,5 milhões

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA | COLABOROU
GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

O governo identificou um desvio de R\$ 3,5 milhões em recursos do Ministério da Gestão e da Inovação em Recursos Públicos, dos quais R\$ 2 milhões foram recuperados, depois da invasão do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) - usado pelo governo para pagar a credores, enviar transferências a Estados e municípios e repassar o salário dos **servidores públicos**.

A informação foi publicada pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmada pelo Estadão. O desvio ocorreu no dia 5 de abril.

Mais tarde, houve uma segunda tentativa de movimentação, que somou R\$ 9 milhões, do mesmo ministério. Desta vez, porém, o ataque foi frustrado.

O caso é investigado pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Ainda não há confirmação se houve participação de **servidores públicos** ou de outras pessoas no crime. Outros valores podem ter sido desviados de outros ministérios. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a segurança do sistema está preservada.

Conforme o Estadão apurou, o governo identificou que a fraude ocorreu com a alteração dos dados bancários do fornecedor que deveria receber o dinheiro do governo. Ao identificar a movimentação, o ministério conseguiu recuperar R\$ 2 milhões porque o dinheiro ainda não havia saído da conta bancária do destinatário.

O restante acabou sendo sacado ou transferido.

MENSAGEM DE SMS. Também já se sabe que funcionários do governo receberam uma mensagem suspeita em seus celulares com tentativa de roubo de dados do Siafi. O texto trazia o nome, o CPF da pessoa e um link para atualização de dados, que era fraudulento: "SIAFI: (nome do usuário) Informamos que a partir de 08/04 o uso do certificado digital será obrigatório", dizia a mensagem, seguida de um link e do CPF do funcionário.

Todo o dinheiro da União precisa ser registrado na plataforma.

Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para acessar o sistema.

Um número ainda mais restrito pode efetuar ordens de pagamento, transferindo recursos do Tesouro para as contas bancárias de quem vai receber.

No dia 9 de abril, funcionários do governo foram avisados sobre a mensagem fraudulenta e alertados para que não clicassem no link - e que, se tivessem clicado ou fornecido os dados, deveriam alterar imediatamente a senha de acesso e reportar o caso ao Tesouro Nacional.

Procurado pelo Estadão, o órgão não se manifestou sobre a mensagem.

APERTO NA SEGURANÇA. Após a suspeita, o governo mudou as regras de acesso ao sistema.

Antes, usuários tinham uma senha ou podiam entrar usando a plataforma gov.br, forma de acesso única para diversos serviços públicos. Gestores financeiros e ordenadores de despesa dos órgãos da União - ou seja, aqueles responsáveis por autorizar diretamente o pagamento - precisavam também ter um certificado digital para movimentar os recursos.

Agora, esse certificado precisa necessariamente ser emitido pelo Serpro, a empresa de inteligência do governo federal, e não pode ser fornecido por outras empresas privadas que também emitem a assinatura digital - o que antes era admitido.

Questionado ontem sobre a invasão, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que um dos suspeitos já teria sido identificado. "Não acredito que esteja completo o ciclo de investigações (da PF e da Abin), mas teve início, e parece que um dos responsáveis já foi identificado. Não tenho nome nem nada disso porque a investigação está sendo feita sob sigilo", disse o ministro.

Sob ataque

Como funciona o sistema do governo federal

O que é o Siafi?

É o sistema usado pelo governo para pagar a credores, enviar transferências a Estados e municípios e repassar o salário dos servidores

Quem tem acesso

Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para acessar o sistema do governo federal.

Um número ainda mais restrito pode efetuar ordens de pagamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Invasores do sistema desviaram R\$ 3,5mi

O governo identificou um desvio de R\$ 3,5 milhões em recursos do Ministério da Gestão e da Inovação em Recursos Públicos, dos quais R\$ 2 milhões foram recuperados, com a invasão ao sistema oficial de pagamentos da União.

A tentativa de desvios ocorreu no dia 5 de abril. Mais tarde, houve uma nova tentativa de movimentação, que somou R\$ 9 milhões, do mesmo ministério. Desta vez, porém, o ataque foi frustrado.

Ainda não há confirmação se houve participação de **servidores públicos** ou de outras pessoas no crime. Outros valores podem ter sido desviados de outros ministérios. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a segurança do sistema está preservada.

O governo identificou que a fraude ocorreu com a alteração dos dados bancários do fornecedor que deveria receber o dinheiro do governo. Ao identificar a movimentação, o ministério conseguiu recuperar R\$ 2 milhões porque o dinheiro ainda não havia saído da conta bancária do destinatário. O restante acabou sendo sacado ou transferido.

A Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigam a invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), usado pelo governo para pagar

credores, enviar transferências a estados e municípios e repassar o salário dos **servidores públicos**.

Funcionários do governo receberam uma mensagem suspeita em seus celulares com tentativa de roubo de dados do Siafi no dia 8 de abril. O texto trazia o nome, o CPF da pessoa e um link para atualização de dados, que era fraudulento: "SIAFI: (nome do usuário) Informamos que a partir de 08/04, o uso do certificado digital será obrigatório", dizia a mensagem, seguida de um link e do CPF do funcionário.

Todo o dinheiro da União precisa ser registrado no Siafi. Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para acessar o sistema. Um número ainda mais restrito pode efetuar ordens de pagamento, transferindo recursos do Tesouro para as contas bancárias de quem vai receber.

A suspeita é que tenha sido utilizado um formato específico de ordem de pagamento para efetuar os desvios. A modalidade envolve a transferência via Pix, em que o dinheiro sai da conta da União e vai para o

beneficiário instantaneamente. Outras modalidades demoram até dois dias para cair na conta do destinatário.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&edid=e4e11b59-d10f-416b-9f0c-97bc78429782>

PF identifica um dos invasores do sistema de pagamentos do governo

DA REDAÇÃO

Com Correio Braziliense

A Polícia Federal identificou um dos invasores do Sistema Integrado de Administração Financeiro (Siafi). De acordo com informações obtidas pelo jornal Correio Braziliense, junto a fontes na corporação, os investigadores acreditam que os acessos indevidos no sistema foram realizados por uma organização

criminosa. Até agora, um dos suspeitos de envolvimento foi identificado.

O cracker, termo técnico usado para descrever quem usa o conhecimento de informática para gerar danos e cometer crimes, teria acessado o sistema por meio de credenciais de acesso válidas, mas roubadas de **servidores públicos** que atuam na gestão de execuções financeiras do governo. As diligências correm em

sigilo e tentam identificar todos os envolvidos, assim como levantar eventuais recursos que foram desviados.

A suspeita é de que os criminosos tenham acessado ordens de pagamentos de recursos que somam R\$ 3,5 milhões. As informações com credenciais de acesso do gov.br teriam sido coletadas durante meses, silenciosamente, até que fossem reunidos dados suficientes para

realizar um ataque em larga escala.

Em uma das tentativas, o cracker teria tentado realizar uma transferência via Pix, ou seja, instantânea. Mas o sistema detectou que o CPF, chave Pix utilizada, era o mesmo entre quem enviou o pagamento e quem receberia, o que é vedado pelas regras do governo. Após isso, o Tesouro Nacional teria passado a exigir o uso de certifi-

cado digital.

Porém, mesmo com a medida, foram identificadas tentativas de invadir o sistema usando certificado digital emitido por empresas privadas. Por conta disso, a regra passou a obrigar o uso de certificados emitidos pelo Serviço Nacional de Processamento de Dados

(Serpro). A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também acompanha as investigações.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

Regras do IVA são enviadas

» **ALINE BRITO** » **VICTOR CORREIA**

O Ministério da Fazenda deve encaminhar hoje, ao Congresso Nacional, o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária.

O documento tem quase 300 páginas e define as principais regras para os impostos sobre consumo. Para o chefe da pasta, Fernando Haddad, as normas representam uma "pequena revolução" no sistema tributário, e o governo se esforçou para apresentar o texto "no jeito" para ser aprovado até o fim deste ano.

Ele admite, porém, que parlamentares devem fazer mudanças no projeto, como nos itens que compõem a Cesta Básica de Alimentos.

Haddad defendeu que todas as definições técnicas já foram feitas pelo governo, e que cabe ao Congresso debater o aspecto político da reforma.

"Nosso objetivo foi entregar um texto passível de aprovação até o fim do ano. Estamos seguros de que o texto está no jeito para ser aprovado, da maneira como o Congresso entender mais adequado", disse ontem o chefe da Fazenda a jornalistas na entrada do ministério. Ele havia acabado de voltar de reunião com líderes da Câmara dos Deputados para fechar o acordo pela prorrogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovado ontem na Casa Baixa em votação simbólica.

O governo demorou para apresentar sua proposta, e vem sofrendo críticas dos parlamentares por isso. Pelo menos 13 projetos paralelos de regulamentação já foram protocolados. O texto deveria ter sido entregue na semana passada, mas foi adiado por viagem de Haddad a Washington, Estados Unidos, onde participou de encontro do G20. Na segunda, a Fazenda decidiu dividir a proposta em duas: o projeto de lei complementar (PLC) que será apresentado hoje; e outro PLC para tratar apenas do Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços (IBS) e outras questões administrativas.

Segundo a Fazenda, não houve tempo hábil para finalizar a segunda proposta. A expectativa é de que seja entregue ao Congresso na semana que vem. Um outro Projeto de Lei Ordinária (PLO) também será preparado depois para tratar do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado para compensar a perda na arrecadação dos estados com a reforma.

"Preferimos fazer um diálogo prévio com estados e municípios justamente para o Congresso receber um texto já bem adiantado e bem organizado, para deliberar mais rápido", argumentou Haddad, ao justificar a demora em encaminhar o texto.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, também comentou ontem a regulamentação. Ele participou de reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que vem cobrando a definição. "Na discussão com o Congresso, acho fundamental a participação de todos. A palavra final é do Congresso Nacional", declarou Appy.

"O que ficou para o segundo projeto são as questões relativas ao IBS, a forma de organização do Comitê Gestor, o contencioso administrativo do IBS", emendou.

Disputa Sobre a tramitação, o ministro Haddad afirmou que a proposta "tem alguma margem" para mudanças. Devido ao curto tempo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende que o relator do regramento seja o mesmo da reforma: o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). "O que seria ideal é que você tivesse o mesmo relator, porque a gente ganharia tempo", declarou Lula ontem durante café da manhã com jornalistas, no Planalto. Ele reconheceu, porém, que é prerrogativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), indicar o relator.

A briga pelo capital político da reforma começa assim que o texto chegar ao Legislativo. Pode ser que, ao chegar ao Congresso, os projetos da Fazenda sejam apensados aos outros 13 paralelos, apresentados por deputados da coalizão de frentes parlamentares. Se isso ocorrer, a oposição vai assumir o protagonismo da regulamentação da reforma. Por outro lado, se o projeto da Fazenda for enviado sob regime de urgência, o governo ganha destaque, e os textos da oposição serão apensados a ele.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5882/24-04-2024.html?all=1>

Primeira regulamentação da tributária chega ao Congresso pressionada pela eleição

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira

Pressionado pelo calendário eleitoral, o governo entrega nesta quarta-feira o primeiro de três textos para regulamentar a reforma dos **impostos** sobre o consumo. O projeto de lei complementar terá quase 300 páginas e cerca de 500 artigos e vai detalhar as regras do novo sistema, inclusive a transição do regime atual para o futuro, que deve começar a entrar em vigor a partir de 2026.

Esse primeiro projeto tratará das regras de funcionamento dos novos **tributos** criados por emenda constitucional no ano passado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos Estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), para desestimular o consumo de produtos que causem "externalidades negativas". Serão ainda oito páginas apenas com revogações de leis anteriores, capítulos à parte para os regimes específicos, e a definição dos produtos da cesta básica.

O tamanho e complexidade do texto torna improvável a aprovação ainda este semestre, afirmam parlamentares. O projeto chegará ao Legislativo com um crono-grama apertado. Após a entrega da matéria, restarão apenas sete semanas para o recesso parlamentar - e, na próxima, a Câmara quase não terá atividades por conta do feriado do Dia do Trabalho (1º de Maio) na quarta-feira. De agosto a outubro, a Casa deve ficar praticamente parada por causa das eleições municipais.

A expectativa é que, na semana que vem, o governo envie outro projeto de lei complementar, que tratará da regulamentação do comitê gestor do IBS e questões administrativas. Haverá ainda o envio de um projeto de lei ordinário para regulamentar o funcionamento do fundo para compensar Estados pelas perdas de arrecadação ao longo da transição para o novo sistema.

Os ajustes finais foram validados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na segunda-feira. Após a entrega do texto ao Congresso, caberá ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), designar o relator da proposta. Nessa terça-feira, Lula sinalizou que o Palácio do Planalto tem preferência

pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para relatar os projetos de regulamentação do texto principal porque o paraibano já foi o relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que modificou o sistema.

Lula, porém, ponderou que a designação é do chefe do Legislativo. "Ontem [segunda-feira] fechamos a proposta final daquilo que vai para regulamentação da **reforma tributária**. Obviamente que a Câmara pode mudar. O que seria ideal é que você tivesse o mesmo relator, porque a gente ganharia tempo. Quem indica o relator é o presidente da Câmara, mas se pudesse ser o mesmo...", sugeriu Lula em café da manhã com jornalistas. O mandatário defendeu, sem citar Lira diretamente, que esse fator é preciso ser levado em consideração e reforçou que a designação de Ribeiro poderia "facilitar".

Lira vem dizendo, desde o ano passado, que Ribeiro não deveria ser escalado para a função novamente, diante de inúmeros pedidos de outros deputados para assumirem a relatoria. Aliados de Ribeiro, contudo, acreditam que o presidente da Câmara está cada

vez mais propenso a mudar de ideia e escolher o correligionário para evitar um atraso muito grande. Integrantes do governo, do mercado financeiro e do setor produtivo têm defendido isso em conversas com Lira.

Nessa terça, ao confirmar a data de envio da proposta, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou a medida de uma "pequena revolução tributária" e voltou a afirmar que a expectativa do Executivo é aprovar a proposta na Câmara e no Senado ainda neste ano. "É uma pequena revolução tributária que está acontecendo, mais do que uma reforma", afirmou. "É uma lei que abrange todo o sistema tributário nacional e revoga uma enormidade de leis", destacou.

O novo sistema unifica ICMS, PIS, Cofins e 1SS, que serão transformados na CBS e IBS, **tributos** que terão legislação única e federal, com cobrança "por fora" e arrecadação no destino. Além disso, reformula o IPI, que continuará a existir apenas para taxar produtos produzidos fora da zona franca de Manaus e concorram com aqueles fabricados na região. As diretrizes foram definidas na PEC promulgada pelo Congresso em dezembro, mas, para entrarem em vigor, precisam ser regulamentadas por leis ordinárias

e complementares.

As alíquotas dos novos **tributos** não serão detalhadas no projeto de lei. A expectativa é que o texto contenha os parâmetros para calcular a cobrança, de forma que a carga tributária sobre o consumo se mantenha neutra. Esse cálculo será feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e validado pelo Senado.

Segundo o secretário extraordinário para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, apesar de a proposta ser extensa, "aquilo que 99% das empresas vão precisar conhecer é relativamente bastante curto". "Uma das grandes preocupações é ter regras objetivas, que evitem a litigiosidade e ao mesmo tempo, um grau de generalidade, que não precisa ficar entrando no detalhe de bastante coisas", afirmou Appy em reunião com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). "Esperamos que as regras sejam bastante duradouras", disse.

Appy defendeu que o novo sistema será "muito, muito, muito mais simples" e que a única obrigação do contribuinte para saber quanto terá que pagar de **impostos** será emitir documento fiscal eletrônico, o que já é uma obrigação hoje. A exceção, afirmou, será no caso dos regimes específicos, que terão regras diferentes de cálculo. "Mas para 90% dos contribuintes será apenas isso [a emissão da nota fiscal]", afirmou.

A fala ocorreu para rebater o pedido de empresários, advogados e deputados que solicitaram que não haja punição para os contribuintes que errarem no pagamento dos novos **impostos** durante a fase de transição.

O secretário também defendeu que não haverá como usar o Imposto Seletivo com fins arrecada-tórios e que o objetivo é desestimular o consumo de produtos e serviços nocivos ao ambiente e à saúde. 60% do imposto, que é federal, será repassado para Estados e municípios. "Quem vai fazer arrecadação com imposto que só fica com 40%?", questionou.

Appy destacou ainda que a política de "cashback" (devolução de **impostos** para famílias de baixa renda) e os itens da cesta básica serão sugeridos pelo Poder Executivo no projeto de lei, mas a palavra final será do Legislativo.

"Esperamos que as regras sejam bastante duradouras" Bernard Appy

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6§ion=1)

Deputados temem alta da carga tributária - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Quatro meses após a promulgação da emenda constitucional da **reforma tributária** sumo, deve chegar hoje ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que detalhará as principais mudanças. Dirá como funcionarão o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo, criados na reforma.

"O que colocaremos na mesa é a base sobre a qual será feita a discussão no Parlamento", afirmou ontem o secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), durante o qual foi chamado de "deputado" por engano. "A palavra final é de vocês."

Com o texto ainda tramitando no Executivo, ele não adiantou nenhum detalhe de conteúdo. Disse apenas que serão cerca de 500 artigos distribuídos em perto de 300 páginas. No entanto, a parte que traz as regras gerais sobre o IBS e o CBS é pequena e muito objetiva, assegurou.

O texto ficou grande porque descreve os regimes especiais de tributação (sistema financeiro e combustíveis, por exemplo), e por causa dos anexos (como itens da cesta básica).

A boa notícia, disse, é que há oito páginas de revogações de leis. O secretário não escondeu a satisfação com o fim do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) após 2033. "Dá gosto", brincou. O ICMS é uma espécie de vilão da complexidade tributária brasileira.

Sem poder explicar a proposta, o secretário se colocou à disposição para ouvir. Por isso, foi elogiado.

Na Câmara dos Deputados, onde o projeto começa a tramitar, há uma preocupação quase unânime: o receio de que as leis acabem não refletindo com exatidão os princípios e os acordos presentes na emenda constitucional.

Dois princípios básicos precisam ser preservados,

disse à coluna o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP): o da não cumulatividade e o da não elevação da carga tributária. É preciso cuidado para que a legislação complementar não acabe, na prática, se desviando do texto constitucional.

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) dá um exemplo de problema que pode ocorrer. A não cumulatividade, considerada um dos principais ganhos da reforma, garante que a empresa possa abater, em determinada etapa do processo de produção, os **tributos** recolhidos na etapa anterior. Existe o receio que a lei complementar condicione o abatimento ao efetivo pagamento dos **tributos** na etapa anterior.

O coordenador da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), acha inevitável que haja aumento de carga tributária. Ela ficará igual no conjunto da economia, mas poderá aumentar em alguns setores, comentou.

Sem entrar em detalhes, Appy assegurou que os dois pontos de preocupação estão contemplados na proposta.

"Para que os princípios da reforma sejam preservados, precisamos que a regulamentação não ocorra de forma fragmentada", comentou Jardim. "Ou seja, os projetos precisam ter compatibilidade entre eles."

Além do projeto que deve ser encaminhado hoje, haverá uma proposição que trata do Comitê Gestor e um projeto de lei ordinário elaborado pelos Estados que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Uma forma de garantir a harmonia entre os textos é escolher, para relatar os projetos, deputados que estejam "pactuados entre si", sugeriu Jardim. As frentes parlamentares têm feito chegar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o desejo que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) fique responsável por garantir essa compatibilização.

No entanto, Lira tem indicado que poderá escolher outro deputado para a tarefa. Alternativamente, fala-se na possibilidade de Aguinaldo atuar como uma espécie de consultor dos novos relatores.

A proposta de regulamentação da **reforma tributária** chega ao Congresso no fim de abril de um ano

eleitoral. O prazo curto para análise das propostas é também ponto de preocupação dos deputados e senadores.

Outro tema que promete polêmica é a cesta básica. Há grupos no Congresso, como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que são contrários à criação de um cashback na aquisição de alimentos para as famílias de menor renda. O governo pensa diferente.

Presentes ao almoço da FPE, representantes do setor privado expressaram ainda o receio que o Imposto Seletivo, do qual se sabe quase nada, seja utilizado para fins arrecadatórios. Apy negou que isso vá ocorrer.

A insegurança em relação à manutenção da carga tributária e a não cumulatividade tem um contraponto importante: a emenda constitucional. Aguinaldo Ribeiro tem lembrado a seus pares que a legislação complementar não pode inovar em relação ao que está na Constituição.

"Vamos ter embates", disse Ribeiro na semana passada. "Estamos numa Casa sujeita a pressões." No entanto, ressaltou, existe um propósito comum de se chegara uma estrutura tributária que seja benéfica ao país: permita melhorar a competitividade, o ambiente de negócios, aumentar a geração de emprego e de receitas.

Eis aí algo que deve ser mantido em mente durante os debates, que estão só começando.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6§ion=1)**

Meta fiscal de 2024 não muda, mas precisa ser acompanhada, afirma Durigan

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que uma mudança da meta fiscal de 2024 "não está em jogo", mas é preciso acompanhar a evolução do ano para saber se será possível atingi-la. Um percalço no meio do caminho, disse, poder ser a proposta que instituí um acréscimo salarial por tempo de serviço para carreiras jurídicas. Porém, o objetivo da equipe econômica segue sendo o de atingir o déficit zero ainda neste ano.

"Isso não está em jogo. Não está em discussão [mudança na meta de] 2024.0 que nós estamos fazendo agora é garantir que o Orçamento aprovado pelo Congresso em 2023 tenha o exato equilíbrio entre receitas e despesas", disse em entrevista exclusiva ao Valor. Ele ponderou que, caso medidas não previstas no Orçamento pressionem as contas públicas, o plano de ação aprovado pelo Legislativo não conseguirá ser cumprido.

Por isso, disse, é preciso "acompanhar como o ano vai se decorrer, porque há outros temas que podem machucar o fiscal que estão em discussão no país", numa referência à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do quinquênio, em tramitação no Senado Federal. Parecer da consultoria de Orçamento da Casa estima que a medida pode ter impacto fiscal de R\$ 81,6 bilhões em três anos. O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e agora segue em análise no Plenário. A medida é defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Apesar dos percalços que podem surgir no caminho, Durigan descartou uma mudança da meta mesmo que haja risco de o déficit ser maior do que o intervalo de tolerância, acionando gatilhos de contenção de gastos no ano que vem. "Quando essa meta está fixada, vamos procurar cumprir com afinco. Não tenho dúvidas quanto a isso."

O recado surge uma semana após a equipe econômica flexibilizar a trajetória de ajuste fiscal, reduzindo de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero o resultado esperado para as contas do governo central em 2025. Já as metas de 2026, 2027 e 2028 apontam superávits crescentes, de 0,25%, 0,5% e 1 % do PIB. Antes da revisão, o

governo pretendia atingir superávit de 1% do PIB já em 2026.

Na avaliação do secretário, a mudança foi feita para tornar a meta do próximo ano "mais crível". Ainda assim, haverá desafios - o governo precisará aprovar neste ano cerca de R\$ 50 bilhões em receitas extras para viabilizar a meta de déficit zero em 2025. Durigan não antecipou quais são as medidas estudadas para envio ao Congresso Nacional, mas disse que, a princípio, a equipe econômica não conta com a reforma da renda, que trará a taxa de dividendos, para a arrecadação do ano que vem.

Confira, a seguir, as principais declarações do secretário:

Arcabouço e corte de despesas

"É importante reforçar que não estamos mudando em nada a nossa agenda. Tudo que fizemos no ano passado, numa parceria muito bem-sucedida com o Congresso, tem de seguir. Claro que há dificuldades para atingir os resultados, mas do ponto de vista da agenda não há descolamento sobre o que devemos fazer. O país vem desde 2015 gastando mais, em proporção do PIB, do que arrecadando. No ano passado apontamos esse problema, dissemos qual caminho a ser trilhado para começar a resolver esse problema, e fizemos, em grande medida, isso. Tanto que estamos vendo no começo deste ano a recomposição fiscal do Estado brasileiro [arrecadação forte]. O Brasil segue gastando em torno de 19%, 19,5% em relação ao PIB. Este ano teremos um pouco menos que isso, porque na parte da despesa, o arcabouço já está cumprindo o seu papel. No ano passado, a economia cresceu 2,9%. A receita esse ano está crescendo quase 10%, nominal. E a despesa [neste ano] cresceu 1,7% [real]. Então, a despesa está crescendo menos. O arcabouço vai cumprir esse objetivo de ir reduzindo, em proporção do PIB, a despesa do país ao longo do tempo."

Ajuste fiscal

"O governo faz o ajuste fiscal não de qualquer jeito, mas corrigindo injustiça: vendo o que é benefício ineficiente, indo atrás de grandes distorções. Nós estamos fazendo um ajuste fiscal muito dosado, muito conversado, muito negociado. E por que a gente faz

ajuste fiscal? Queremos cumprir com esse objetivo de estabilizar a dívida do país, porque o Orçamento público tem um colchão social importante. Gastamos quase R\$ 1 trilhão com a Previdência, quase 1 % do PIB com o BPC [Benefício de Prestação Continuada], 1,5% do PIB com o Bolsa Família. E essas despesas sociais só vão se manter. De um lado, fazemos o ajuste fiscal para manter íntegros os colchões sociais. De outro, fazemos o ajuste fiscal para ter credibilidade, porque com credibilidade o custo do crédito diminui. O segundo efeito é a **inflação**. O fiscal, principalmente no mundo pós-pandemia, tem um bom impacto na **inflação**. O anúncio que foi feito no PLDO [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com metas menores] e o ajuste temporal que o Congresso fez [ao adiantar a autorização do governo para um crédito suplementar de R\$ 15 bilhões] não mexem qualitativamente no arcabouço. O arcabouço segue íntegro."

Cenário externo

"Tem muito do cenário externo trazendo impactos importantes para o Brasil e para o mundo. Se compararmos o impacto que teve no mundo as declarações do Fed [Federal Reserve, banco central dos EUA] da semana passada, o Brasil, inclusive, fica melhor que outros países, como o México e a Indonésia, por exemplo. Mas as bolsas do mundo sentiram e as moedas sentiram essa reprecificação global de ativos que se deu a partir da semana passada e que seguimos vendo, com menos intensidade."

Judicialização de medidas

"Conseguiremos avançar nessa agenda econômica não é quebrando o prévio público, é avançando e prestigiando as instituições. Então, repropusemos ao Congresso e ao debate público temas que estavam fora do orçamento. Aqui nós estamos, de fato, prestigiando o Congresso. Ao re-propor as quatro medidas que estavam na MP 1.202/2023 [desoneração da folha de setores, municípios, fim do programa de incentivo ao setor de eventos e limitação de compensações tributárias], dissemos que há uma incongruência entre algumas coisas que foram aprovadas e as grandes decisões do Congresso do ano passado que estão cristalizadas no Orçamento. Esses quatro temas que são os que estamos agora tratando de fechar a discussão, antes de abrir a discussão da tributária. Então, se alguns desses temas não conseguem avançar no Congresso, dada a realidade política do ano, dadas as eleições municipais e outros temas políticos, talvez tenhamos que nos socorrer do Judiciário, mas garantindo que o espaço de acordo político tenha sido ofertado ao Congresso. Agora, o debate político não avançando, é preciso garantir que a gente tenha o olhar do Supremo aqui

sobre esses temas que afetam a Previdência. Será feito, sim, o questionamento no Supremo sobre esses dois temas, [desoneração da folha dos setores e dos municípios]."

Dívida dos Estados

"Esse é um tema que tem sido estudado pelo Tesouro em reunião com secretários dos Estados. Isso ainda está pendente de fechar uma avaliação técnica para levar à consideração do ministro [da Fazenda, Fernando Haddad]. O ministro é sensível a esse tema e tem se mostrado aberto a esse diálogo com todos os Estados - do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste. E é importante ter esse olhar de sensibilidade, porque é um tema que também gera judicialização, e o nosso espírito aqui é tentar resolver."

Meta de 2024

"Isso [mudar a meta] não está em jogo. O que foi projetado para os próximos anos é manter a trajetória de estabilização da dívida. O que foi anunciado na semana passada foi a trajetória da meta para os próximos anos. Estamos vendo que temos um espaço político menor do que tivemos, por exemplo, em 2023. Atualizando os contextos, chegamos em novos números, que são críveis. Ou seja, a gente fixa uma meta e, quando essa meta está fixada, vamos procurar cumprir com afinco. O que estamos fazendo em 2024 é garantir que o Orçamento aprovado pelo Congresso em 2023 tenha o exato equilíbrio entre receitas e despesas. Então, as medidas que nós temos adotado são justamente para prestigiar o Orçamento aprovado pelo Congresso. Para chegar nesse zero. Porque se temos um Orçamento aprovado pelo Congresso e uma série de obrigações extraorçamentárias, como é o caso da desoneração da folha dos municípios, o Perse, não conseguimos cumprir o plano de ação passado pelo Congresso."

Vai atingir meta zero em 2024?

"Para 2024, o que precisamos é acompanhar como o ano vai se decorrer. Porque há outros temas que podem machucar o fiscal que estão em discussão no país. Já para 2025 e para os próximos anos, teremos de adotar novas medidas. Para 2024, o que nós aprovamos no ano passado é suficiente desde que outras pautas não nos impactem no meio do caminho."

Novas medidas

"Não posso antecipar nada, mas vão ser necessárias medidas em torno de R\$ 50 bilhões. Então, para seguir nessa trajetória crível de cumprimento de meta, precisamos aprovar em 2024 novas medidas para que

o governo cumpra a meta em 2025."

Revisão de gastos

"O arcabouço fiscal cumpre esse primeiro grande objetivo de conter a evolução dos gastos. Eu tenho reconhecido que o governo precisa acelerar e aprofundar essa agenda de revisão de gastos. Revisão de gastos é como escovar os dentes, precisamos fazer sempre. E revisar para priorizar. Então, temos que olhar os gastos que temos no Orçamento e canalizá-los para o que é decisão do governo, para o que é correto, para o que é necessário ser investido. Mas esse é um tema que é liderado pelo Ministério do Planejamento. Eu tenho o propósito de que a Fazenda fortaleça essa agenda junto com o Planejamento, para que aceleremos daqui em diante."

Reforma da renda

"A reforma da renda está no nosso radar, mas a princípio é algo que não contamos para a arrecadação de 2025."

Reforma tributária

"Toda essa agenda, MP 1.185/2023 [da subvenção de investimentos], [tributação de] fundos fechados, revisão dos títulos isentos, a reforma da renda que vem por aí, isso é curto e médio prazos [como revisão de gastos tributários]. No longo prazo, é a **reforma tributária** quem vai, de alguma maneira, sacramentar os nossos buracos fiscais, resolver a grande distorção que temos com gasto tributário. É a **reforma tributária** quem dá a resposta definitiva. Os benefícios ligados a PIS/Cofins, por exemplo, eles acabam, mas haverá uma transição lenta e gradual. A reforma vai começar a entrar em vigor em 2026 e vai fazer a transição completa em 2032, com o ICMS nos Estados."

"Para seguir nessa trajetória crível de cumprimento de meta, precisamos aprovarem 2024 novas medidas"

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6§ion=1)

Debate sobre desigualdade passa pela questão fiscal, diz Pedro Nery

Lucianne Carneiro

Uma viagem para oito locais do país é o pano de fundo para o debate do economista Pedro Fernando Nery sobre as desigualdades brasileiras. No livro "Extremos -um mapa para entender as desigualdades no Brasil" (Editora Zahar/Companhia das Letras), o consultor do Senado que hoje é parte da equipe do vice-presidente Geraldo Alckmin visita locais-símbolo de extremos em temas como desenvolvimento, renda, expectativa de vida e aposentadoria. Entre esses locais, estão de Pinheiros, em São Paulo, a Ipixuna, na divisa do Amazonas com o Acre, passando por Maranhão ao Distrito Federal, onde vive.

Nery classifica a desigualdade como um desperdício de recursos e fala sobre a difícil percepção de cada um sobre a própria riqueza, já que em geral as pessoas se veem menos ricas do que são. Essa tendência dificulta, segundo ele, a aceitação de perdas em reformas necessárias para reorganizar o orçamento e financiar iniciativas para a redução das desigualdades.

Na sua avaliação, o debate deveria orientar a questão fiscal. "Não dá para a gente dissociar a questão fiscal da desigualdade."

A seguir os principais pontos da entrevista:

Extremos

Tem uma curiosidade do próprio trabalho, de quem está em Brasília, no ar-condicionado, e às vezes se sente um pouco impostor com aquelas planilhas e dados. O empurrão foi o livro do Richard Davies, ex-editor da "Economist" que lançou "Extreme Economies". Junto com isso veio aquela angústia do isolamento por causa da pandemia e vi ali uma abordagem legal para falar de desigualdades.

Desigualdades além da renda

A desigualdade de renda é a mais fácil de compreender com dados, mas não é o único tipo de desigualdade. É importante entender como diferentes problemas se relacionam, como a questão da desigualdade de expectativa de vida, que muitas vezes está associada à violência urbana. Então vamos ao local com maior expectativa de vida, mas também

ao que tem menos, para entender a realidade da mortalidade infantil e dos assassinatos, que por sua vez se liga à crise da juventude, com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Eu queria que o livro não fosse só para economistas ou para quem está familiarizado com dados econômicos. A desigualdade de renda é um fio condutor relevante, mas não diz tudo sobre a realidade.

Percepção sobre própria riqueza

Em qualquer lugar do mundo, pessoas acham que são mais pobres ou menos ricas do que realmente são. Há uma dificuldade de perceber essa relação frente à distribuição de renda da sociedade. Isso é uma questão antiga, mas não sei o quanto é exacerbada hoje pela exposição às redes sociais, com mais referências ao que é o consumo de luxo. Isso acontece no mundo todo, só que me parece mais pronunciado no Brasil, talvez até pela profundidade de desigualdade. Um juiz acha que não é tão rico assim, porque conhece advogados que ganham mais, o advogado diz que é o fazendeiro... E isso é ruim porque, se não tenho consciência sobre dados, fica difícil mudar, né? É difícil aceitar perdas em reformas necessárias [no Orçamento]...

Conhecimento sobre pobreza

Há uma certa miopia sobre os pobres. Muitas vezes as pessoas não têm a clareza de que as crianças são muito pobres ou que famílias com crianças são as mais necessitadas e não necessariamente as que têm pessoas mais velhas. Fala-se muito sobre a necessidade de avaliação de políticas públicas e ajuste de gastos, mas isso é muito difícil se a sociedade não reconhece quem é o mais pobre e quem é o mais rico... Para essa discussão importante sobre desigualdade, é preciso uma noção melhor sobre os números. E isso nem sempre é simples em um país tão grande e diverso como o Brasil.

Número que define desigualdade

Um número mais conhecido para dar a dimensão da desigualdade de renda no Brasil e que precisa ser enfatizado sempre é o que trata da concentração da riqueza. O grupo do 1% mais ricos da população se apropria de quase 30% da renda. E o 0,1% da população se apropria de 10%, 12% da renda. Isso é

bastante impressionante, frustrante, gera indignação, mas também revela que existe um potencial redistributivo grande no topo. No caso da pobreza, é sempre doloroso ter em mente que 60% das crianças negras vivem abaixo da linha da pobreza. Ter como regra a maioria dos bebês negros nascendo na pobreza é muito duro.

Reforma do IR e déficit fiscal

A disparidade na cobrança de **tributos** sobre a renda é enorme, temos taxa zero para distribuição de lucros e dividendos por empresas para pessoas físicas, por exemplo. O sintoma se dá na própria questão fiscal. O déficit fiscal é uma medida dessa desigualdade porque reflete o quanto se pega emprestado com as elites brasileiras através dos títulos públicos, que poderia ser recebido como arrecadação de **impostos**. É uma situação confusa pensar em um exemplo ilustrativo de alguém muito rico que não precisa pagar imposto sobre lucros e dividendos e usa esse dinheiro para emprestar para o próprio Estado e receber juros altos. Fico imaginando se todo mundo pudesse, em vez de pagar Imposto de Renda, pegar o dinheiro, comprar títulos do Tesouro e receber depois seu imposto de volta e com juros. Não dá para a gente dissociar a questão fiscal da questão da desigualdade. O debate da desigualdade deveria orientar a questão fiscal como um todo. É claro que muito provavelmente não dá para fazer superávit primário só arrecadando mais sobre os mais ricos, mas essa é uma dimensão muito importante. A gente tem por ano R\$ 400 bilhões, ou a depender do ano até R\$ 500 bilhões, de lucros e dividendos sem pagar nenhum centavo de Imposto de Renda. Ainda que exista alguma divergência sobre como será a tributação ou a dose da alíquota, é evidente que tem um ganho de arrecadação. Essa questão de renda não diz respeito só a um debate de desigualdade, mas diz respeito à própria natureza da crise fiscal que temos hoje. Uma forma de organizar esse debate complicado do déficit e da nossa trajetória rumo ao superávit é ter atenção com os mais ricos, do ponto de vista das receitas, e com os mais pobres, do ponto de vista das despesas.

Tributação de renda sem tabu

A sociedade brasileira está madura para o debate sobre a tributação da renda. Basta lembrar que, no governo anterior, o ministro Paulo Guedes mandou uma proposta para o Congresso Nacional que teve suas controvérsias, claro, mas chegou a ser aprovada. Se até um governo mais à direita, e considerado elitista por alguns, conseguiu pautar em algum grau a questão da tributação da renda, não precisamos achar que esse tema é intocável ou um tabu. Fizemos nos últimos anos muitas reformas que pareciam que não

estariam maduras, como a da Previdência, a trabalhista e a **reforma tributária** do consumo.

Adiamento da reforma

Se for para ter uma discussão melhor ou evitar o risco de a reforma ser deixada de lado ou desidratada, é uma tranquilidade a ideia do adiamento do envio da reforma do Imposto de Renda. Sabemos que tem uma pauta importantíssima e difícil que é a regulação da tributação do consumo e que o diabo mora nos detalhes.

Benefício Universal Infantil

O Benefício Universal Infantil (BUI) é uma ideia que causa alguma estranheza, mas é tão vitoriosa que é discutida até pelos republicanos nos Estados Unidos. A ideia é que é necessário proteger as famílias com crianças porque são mais vulneráveis à pobreza e isso traz um retorno grande para a sociedade depois, se a criança tiver boa formação. Boa parte da OCDE tem aplicado um benefício universal. No Brasil, ele faz sentido se for integrado com outras políticas existentes. Há crianças no Bolsa Família, mas tem muita gente fora e é vulnerável à pobreza. Já tem um benefício indireto para as crianças das famílias mais ricas que é a dedução do Imposto de Renda, mas os filhos do porteiro do meu prédio não, por exemplo: ele não é pobre o suficiente para estar na Bolsa Família e não recebe nenhum benefício nesse sentido.

Bolsa Família

É interessante pensar o Bolsa Família dentro discussão de qualidade dos gastos públicos, que está na ordem do dia. Há uma ONG nos Estados Unidos chamada Give Well, que orienta doadores para causas que teriam maior impacto, uma espécie de avaliação da efetividade de iniciativas. Ela tem um bench-mark: só justifica doação a um projeto se o retorno for pelo menos oito vezes maior ao daquele de uma transferência de renda direta para a população vulnerável. O que basicamente estão dizendo é que é muito melhor dar dinheiro para os mais pobres do que tentar beneficiá-los indiretamente. Essa régua de oito vezes é muito alta e polêmica. Mas seria interessante que todo gasto público ou tributário fosse desafiado a ser tão bom quanto o Bolsa Família, considerando resultados em consumo, combate à pobreza, desenvolvimento infantil, nutrição e saúde da família. O Bolsa Família deveria ser usado como régua para balizar outros programas, ainda que se saiba muitas das avaliações sobre o Bolsa Família são de quando os valores eram menores antes do aumento para R\$ 600]. Claro que agora, naturalmente, com o super Bolsa Família, a gente pode acabar tendo que rever parte dessas evidências.

Efeito no mercado de trabalho

É verdade que até agora as avaliações apontavam que o Bolsa Família não afetava o mercado de trabalho, quer dizer, que ninguém deixava de procurar emprego para receber o benefício. Com valor maior, é natural que esse tipo de decisão mude. Mas ainda assim são valores relativamente baixos, né? O valor médio do Bolsa Família é de R\$ 700, R\$ 800. Se alguém deixa de procurar emprego formal ou informal por causa disso, tem que pensar que talvez seja uma decisão adequada. Às vezes é uma mãe que está em casa cuidando dos filhos em vez de deixar trancados ou de qualquer jeito com uma vizinha. Às vezes é alguém que aproveita para estudar. Há um pouco desse estigma do nem-nem, que não estuda nem trabalha, mas pode cuidar de alguém e é importante reconhecer a economia do cuidado. Tem uma questão ainda mais importante que é a decisão de participar ou não da força de trabalho, que é racional para um certo tipo de trabalhador quando se leva em conta que o Bolsa Família ainda tem filas, né? Se alguém perde o benefício, pode ser muito difícil ou demorado voltar porque essa despesa ainda não tem a proteção que outras despesas têm [na Constituição], de que depois de o direito da pessoa ser reconhecido o Estado é obrigado a fazer os pagamentos. Isso é importante porque, se tenho R\$ 700 no Bolsa Família e consigo emprego de salário mínimo, eu fico com o benefício, porque se eu for desligado posso cair na fila e ficar meses para retomar o benefício enquanto minha família passa por privações. Então vale pensar sobre como resolver a questão da fila ou na renda universal infantil, em que a pessoa não perde o benefício se entrar no mercado de trabalho porque é um benefício universal, não importa quanto você ganha.

Incentivo para empregar jovens

Uma provocação que gosto fazer é o contrato de estágio: super flexível, não paga nenhum tributo e não é visto necessariamente como uma forma de precarização, mas como uma oportunidade de o jovem ser incluído no mercado de trabalho. Só que é permitido apenas para estudantes do ensino técnico ou superior, quando boa parte da população não conclui o ensino médio. É claro que tem um custo fiscal deixar todo mundo estagiar até certa idade, mas tem algumas coisas que só se permite aos filhos da elite. A inclusão no mercado de trabalho é fundamental. A transferência de renda é importante, mas há limite para sua capacidade de melhorar a vida das pessoas. O governo anterior chegou a discutir isso, com a ideia da carteira verde e amarela e o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego. Mas parece que havia uma defesa um pouco envergonhada. É preciso uma discussão mais

aberta sobre esse problema do jovem e de sua inclusão no mercado de trabalho.

"Seria interessante que todo gasto público ou tributário fosse desafiado a ser tão bom quanto o Bolsa Família"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=1§ion=1)**

Reforma Tributária volta ao centro das discussões

O presidente Lula (PT) afirmou, na manhã de ontem, que os textos finais que tratam da regulamentação da **reforma tributária** estão fechados e devem ser enviados ao Congresso ainda nesta semana. Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula disse que gostaria que os relatores dos projetos de lei sejam os mesmos que trabalharam na análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) - o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado.

"Ontem [segunda], nós fechamos a proposta final daquilo que vai para a regulamentação da **reforma tributária**. Vamos levar uma proposta que está de acordo com o governo. Obviamente sabemos que quando chegar na Câmara que ela poder ser mudada. As pessoas podem acrescentar, podem tirar e podem votar do jeito que nós tiramos. O que seria ideal do ponto de vista dos interesses da Fazenda, que já trabalhou na aprovação do projeto principal, é que você tivesse o mesmo relator porque ele já está familiarizado", disse.

No Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu continuar com Braga na relatoria. Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ainda não definiu se vai manter Aguinaldo Ribeiro. Lula disse que irá respeitar a prerrogativa do parlamentar.

"Longe de mim querer indicar um relator para cuidar da política tributária. É o papel do presidente da Câmara, dos deputados. Eu só queria que as pessoas levassem em conta isso: quem já foi relator da **reforma tributária**, está muito familiarizado, já fez negociação, já conversou com partidos e poderia facilitar a tramitação", completou o presidente.

Lei Complementar

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que o texto do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) tem 300 páginas, com 500 artigos, que tratam sobre os principais pontos do novo modelo de tributo, incluindo a Cesta Básica Nacional de Alimentos (CeNA).

O secretário garantiu que, hoje, "colocaremos a base sobre a qual será feita a discussão no Parlamento" sobre a não cumulatividade do Imposto sobre Bens e

Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "A ideia é mandar agora esse primeiro projeto de lei, que trata do IBS, CBS, Imposto Seletivo, das questões específicas sobre **tributos** federais e da transição do sistema tributário atual para o novo", declarou.

Além desse primeiro projeto, mais dois serão enviados, posteriormente, para o Congresso. Outro PLP e um Projeto de Lei Ordinária (PLO). "O que ficou para o segundo projeto são as questões relativas ao IBS, a forma de organização do Comitê Gestor, o contencioso administrativo do IBS", contou Appy.

No segundo projeto, ainda sem data para ser enviado ao Parlamento, está prevista a transição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). "Mas as coisas gerais estão no primeiro projeto. Ainda há finalização com estados e municípios", apontou. De acordo com o secretário da reforma, este último deve vir no PLO, em que estará detalhado como será feita a transferência pro Fundo de Desenvolvimento Regional. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/04/reforma-tributaria-volta-ao-centro-das-discussoes.html>

Governo adiará um dos projetos da regulamentação da reforma tributária

Brenna Oliveira

O governo adiará o envio ao Congresso de um dos projetos de lei complementar (PLC) que regulamentam a **reforma tributária**, anunciou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Por falta de tempo, o PLC que trata do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e de questões administrativas deverá ser enviado na próxima semana.

O Comitê Gestor será um órgão com representação dos estados e municípios que se encarregará de fixar as alíquotas do IBS, imposto a ser administrado pelos governos locais. O projeto que trata do assunto é mais simples que o texto a ser enviado nesta semana, que abrangerá toda a regulamentação de todos os **tributos** sobre o consumo, informou Haddad, terá quase 200 páginas e deverá ser enviado nesta quarta-feira (24).

Originalmente, os dois projetos tinham previsão de ser enviados nesta segunda. No entanto, a Casa Civil, disse Haddad, pediu ajustes de última hora em dois pontos que foram discutidos no fim da tarde dessa segunda entre os ministro da Fazenda e da Casa Civil, Rui Costa, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Fechamos com o presidente [Lula]. Não tem mais pendência com ele, agora é um trabalho braçal para fechar o texto com mais de 150 páginas, quase 200.

Agora está indo o projeto mais robusto", declarou Haddad. O ministro não detalhou os dois últimos pontos que teriam ajuste. Apenas disse que seriam "detalhes" sobre os produtos com alíquota zero, alíquota reduzida (para 40% da alíquota cheia) e alíquota cheia.

O projeto a ser enviado amanhã inclui a regulamentação do IBS; da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal sobre o consumo; o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos com risco à saúde e ao meio ambiente; e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incidirá sobre mercadorias concorrentes das produzidas na Zona Franca de Manaus.

Os temas mais polêmicos são a desoneração da cesta básica e a lista de produtos que terão a cobrança do Imposto Seletivo. A reforma aprovada no ano passado

deixou para o projeto de lei complementar decidir se, por exemplo, alimentos processados e ricos em açúcar sofrerão a cobrança do imposto.

relatoria

Sobre a relatoria do texto, Haddad disse ter recebido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a indicação que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) relatará o primeiro projeto de lei complementar da **reforma tributária**. Braga foi relator da proposta de emenda à Constituição no Senado.

Haddad afirmou que só não enviou o projeto de lei complementar principal na semana passada por causa da viagem aos Estados Unidos. Na semana passada, o ministro foi a Washington para as reuniões do G20 (grupo das 20 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Site: <https://odia.presslab.com.br>

Impasse complica envio de um dos projetos da tributária

O impasse em torno das regras de governança e funcionamento do comitê gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) deve atrasar o envio de um dos projetos de regulamentação da **reforma tributária** ao Congresso.

A mudança de estratégia com o encaminhamento de apenas um projeto foi sinalizada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na noite desta segunda-feira (22). Mas Haddad não informou o motivo.

O ponto central da discórdia gira em torno da proposta que transforma o comitê gestor numa autarquia federal para administrar o IBS, o imposto cobrado pelos estados e municípios e que substituirá os atuais ICMS e ISS.

Há o temor de governadores e prefeitos de perder ainda mais autonomia sobre os seus **tributos**, caso o comitê fique juridicamente embaixo do guarda-chuva federal.

O risco apontado é de que esse modelo seja uma tentativa de federalização do IBS. O comitê gestor será responsável por administrar cerca de R\$ 1 trilhão em **impostos**.

A PGFN (Procuradoria--Geral da Fazenda Nacional) aponta para necessidade jurídica de que o comitê seja uma autarquia federal para que o seu orçamento seja aprovado pelo Congresso.

Os críticos da proposta consideram, no entanto, que não faz sentido esse modelo jurídico porque o tributo não é do governo federal. Eles defendem que o comitê seja uma entidade com um consórcio interfederativo. Há pontos divergentes também entre estados e municípios sobre os poderes e funções da diretoria executiva do comitê.

Pela emenda constitucional da **reforma tributária**, promulgada no ano passado, o comitê gestor é uma entidade sob regime especial com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Terá 27 membros representando cada estado e o Distrito Federal; outros 27 membros representando o conjunto dos municípios (14 representantes escolhidos de forma igual entre os municípios e 13 considerando o tamanho da população).

Durante a tramitação da reforma, o comitê gestor foi motivo de discórdia entre os estados mais ricos e os menos desenvolvidos do país.

Haddad informou que nesta semana será encaminhado o primeiro o projeto, que abará todos os pontos do IBS e da CBS, como cesta básica, imposto seletivos e as regras dos regimes especiais. O projeto terá cerca de 150 páginas.

Um dos negociadores alertou para os riscos da disputa corporativa e entre Estados e municípios contaminar a regulamentação porque na sua avaliação "cada um cuidando do seu queijo". (Agência Brasil)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/24-04-2024-edicao-24813/>

Projeto que regulamenta a reforma tributária segue para o Congresso Nacional

Aline Brito

+

O Ministério da Fazenda deve encaminhar nesta quarta-feira (24), ao Congresso Nacional, o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O documento tem quase 300 páginas e define as principais regras para os **impostos** sobre consumo. Para o chefe da pasta, Fernando Haddad, as normas representam uma pequena revolução no sistema tributário, e o governo se esforçou para apresentar o texto no jeito para ser aprovado até o fim deste ano.

Ele admite, porém, que parlamentares devem fazer mudanças no projeto, como nos itens que compõem a Cesta Básica de Alimentos. Haddad defendeu que todas as definições técnicas já foram feitas pelo governo, e que cabe ao Congresso debater o aspecto político da reforma.

Nosso objetivo foi entregar um texto passível de aprovação até o fim do ano. Estamos seguros de que o texto está no jeito para ser aprovado, da maneira como o Congresso entender mais adequado, disse nesta terça-feira (23) o chefe da Fazenda a jornalistas na entrada do ministério. Ele havia acabado de voltar de reunião com líderes da Câmara dos Deputados para fechar o acordo pela prorrogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovado ontem na Casa Baixa em votação simbólica.

O governo demorou para apresentar sua proposta, e vem sofrendo críticas dos parlamentares por isso. Pelo menos 13 projetos paralelos de regulamentação já foram protocolados. O texto deveria ter sido entregue na semana passada, mas foi adiado por viagem de Haddad a Washington, Estados Unidos, onde participou de encontro do G20. Na segunda, a Fazenda decidiu dividir a proposta em duas: o projeto de lei complementar (PLC) que será apresentado hoje; e outro PLC para tratar apenas do Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços (IBS) e outras questões administrativas.

Segundo a Fazenda, não houve tempo hábil para finalizar a segunda proposta. A expectativa é de que seja entregue ao Congresso na semana que vem. Um outro Projeto de Lei Ordinária (PLO) também será preparado depois para tratar do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado para

compensar a perda na arrecadação dos estados com a reforma.

Preferimos fazer um diálogo prévio com estados e municípios justamente para o Congresso receber um texto já bem adiantado e bem organizado, para deliberar mais rápido, argumentou Haddad, ao justificar a demora em encaminhar o texto.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, também comentou ontem a regulamentação. Ele participou de reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que vem cobrando a definição. Na discussão com o Congresso, acho fundamental a participação de todos. A palavra final é do Congresso Nacional, declarou Appy. O que ficou para o segundo projeto são as questões relativas ao IBS, a forma de organização do Comitê Gestor, o contencioso administrativo do IBS, emendou.

Disputa

Sobre a tramitação, o ministro Haddad afirmou que a proposta tem alguma margem para mudanças. Devido ao curto tempo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende que o relator do regramento seja o mesmo da reforma: o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O que seria ideal é que você tivesse o mesmo relator, porque a gente ganharia tempo, declarou Lula ontem durante café da manhã com jornalistas, no Planalto. Ele reconheceu, porém, que é prerrogativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), indicar o relator.

A briga pelo capital político da reforma começa assim que o texto chegar ao Legislativo. Pode ser que, ao chegar ao Congresso, os projetos da Fazenda sejam apensados aos outros 13 paralelos, apresentados por deputados da coalizão de frentes parlamentares. Se isso ocorrer, a oposição vai assumir o protagonismo da regulamentação da reforma. Por outro lado, se o projeto da Fazenda for enviado sob regime de urgência, o governo ganha destaque, e os textos da oposição serão apensados a ele.

O Ministério da Fazenda deve encaminhar nesta quarta-feira (24), ao Congresso Nacional, o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O documento tem quase 300 páginas e define as principais regras para os **impostos** sobre consumo. Para o chefe da pasta, Fernando Haddad, as normas

representam uma pequena revolução no sistema tributário, e o governo se esforçou para apresentar o texto no jeito para ser aprovado até o fim deste ano.

Ele admite, porém, que parlamentares devem fazer mudanças no projeto, como nos itens que compõem a Cesta Básica de Alimentos. Haddad defendeu que todas as definições técnicas já foram feitas pelo governo, e que cabe ao Congresso debater o aspecto político da reforma.

Nosso objetivo foi entregar um texto passível de aprovação até o fim do ano. Estamos seguros de que o texto está no jeito para ser aprovado, da maneira como o Congresso entender mais adequado, disse nesta terça-feira (23) o chefe da Fazenda a jornalistas na entrada do ministério. Ele havia acabado de voltar de reunião com líderes da Câmara dos Deputados para fechar o acordo pela prorrogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovado ontem na Casa Baixa em votação simbólica.

O governo demorou para apresentar sua proposta, e vem sofrendo críticas dos parlamentares por isso. Pelo menos 13 projetos paralelos de regulamentação já foram protocolados. O texto deveria ter sido entregue na semana passada, mas foi adiado por viagem de Haddad a Washington, Estados Unidos, onde participou de encontro do G20. Na segunda, a Fazenda decidiu dividir a proposta em duas: o projeto de lei complementar (PLC) que será apresentado hoje; e outro PLC para tratar apenas do Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços (IBS) e outras questões administrativas.

Segundo a Fazenda, não houve tempo hábil para finalizar a segunda proposta. A expectativa é de que seja entregue ao Congresso na semana que vem. Um outro Projeto de Lei Ordinária (PLO) também será preparado depois para tratar do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado para compensar a perda na arrecadação dos estados com a reforma.

Preferimos fazer um diálogo prévio com estados e municípios justamente para o Congresso receber um texto já bem adiantado e bem organizado, para deliberar mais rápido, argumentou Haddad, ao justificar a demora em encaminhar o texto.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, também comentou ontem a regulamentação. Ele participou de reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que vem cobrando a definição. Na discussão com o Congresso, acho fundamental a participação de todos. A palavra final é do Congresso Nacional, declarou Appy. O que

ficou para o segundo projeto são as questões relativas ao IBS, a forma de organização do Comitê Gestor, o contencioso administrativo do IBS, emendou.

Disputa

Sobre a tramitação, o ministro Haddad afirmou que a proposta tem alguma margem para mudanças. Devido ao curto tempo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende que o relator do regramento seja o mesmo da reforma: o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O que seria ideal é que você tivesse o mesmo relator, porque a gente ganharia tempo, declarou Lula ontem durante café da manhã com jornalistas, no Planalto. Ele reconheceu, porém, que é prerrogativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), indicar o relator.

A briga pelo capital político da reforma começa assim que o texto chegar ao Legislativo. Pode ser que, ao chegar ao Congresso, os projetos da Fazenda sejam apensados aos outros 13 paralelos, apresentados por deputados da coalizão de frentes parlamentares. Se isso ocorrer, a oposição vai assumir o protagonismo da regulamentação da reforma. Por outro lado, se o projeto da Fazenda for enviado sob regime de urgência, o governo ganha destaque, e os textos da oposição serão apensados a ele.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/04/6844081-projeto-que-regulamenta-a-reforma-tributaria-segue-para-o-congresso-nacional.html>

Reforma Tributária será enviada hoje ao Congresso. Entenda

Victoria Abel

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrar do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mais conversa com o Congresso, a Câmara aprovou ontem um projeto que restringe o alcance do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e prevê o fim do benefício até 2026. Além disso, o governo fechou os textos de regulamentação da **Reforma Tributária**, e um dos projetos deve ser encaminhado hoje para análise dos parlamentares.

Em crise na articulação política com o Congresso, Lula fez ontem acenos aos presidentes das duas Casas ao dizer que não dá para viver em "eterna briga" e que o governo precisa da Câmara e do Senado. O presidente defendeu a escolha de um relator alinhado ao Palácio do Planalto para a regulamentação da tributária, lembrando que as propostas podem sofrer alterações no Legislativo.

O Perse foi criado na pandemia de Covid-19, e a equipe econômica avalia que ele já teve um custo elevado, de aproximadamente R\$ 17 bilhões, em 2023. Por isso, mandou ao Congresso um projeto para acabar com o benefício, que vinha sofrendo resistências.

Haddad foi ontem para a reunião de líderes da Câmara para discutir o projeto. Saiu de lá com o acordo prevendo limitar o benefício fiscal a R\$ 15 bilhões até 2026 (uma média de R\$ 5 bilhões por ano), começando a contar neste mês. O programa incluirá 30 setores, contra 44 da proposta anterior da relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP).

Além de eventos, bares, restaurantes e hotéis, a última versão do texto também incluiu o setor de apart-hotéis. O projeto original do governo previa limitação para 12 setores. A proposta foi aprovada à noite e segue para o Senado.

Caso o programa alcance o limite antes de 2026, ele poderá ser paralisado, em até um mês, após audiência na Câmara dos Deputados. Isso foi uma demanda da Fazenda para criar um "gatilho" para garantir o fim do programa.

Os incentivos abrangem quatro **impostos** federais:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins. A isenção total permanece em 2024. O benefício será aplicado para empresas de lucro real ou presumido. No entanto, a relatora determina que para as companhias de lucro real seja retomada a cobrança integral de IRPJ e CSLL em 2025 sobre o lucro.

Para essas empresas, o incentivo fiscal que zera **impostos** permaneceria apenas sobre cobranças de PIS e Cofins, até 2026. Para as empresas de lucro presumido, permanece isenção total, sobre os quatro **impostos**, até 2026.

- Quanto mais foco o projeto tiver, melhor. Não faz muito sentido abrir demais, porque os recursos estão limitados - disse Haddad ao voltar da reunião de líderes.

Mais cedo, em café da manhã com jornalistas, Lula disse que a regulamentação da **Reforma Tributária** está fechada e sugeriu que os relatores do projeto de lei sejam os mesmo que trabalharam na análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabeleceu a reforma - o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado.

A reforma foi aprovada no ano passado, mas uma série de pontos dependem de detalhamento, o que será feito neste ano.

- Ontem (segunda-feira) nós fechamos a proposta final do que vai para a regulamentação da tributária, vamos levar uma proposta que está de acordo com o governo. Sabemos que quando chegar à Câmara, ela será modificada. O que seria o ideal é que você tivesse o mesmo relator, o cara já está familiarizado, você ganha tempo. Se pudesse ser apenas o relator, e se o relator pudesse ser o mesmo, mas quem indica o relator é o presidente da Câmara - disse.

A decisão de Lula sobre a composição da cesta básica nacional, que terá isenção de **impostos** com a **Reforma Tributária**, era o ponto que faltava para o governo finalizar o texto da regulamentação. Pelo diagnóstico de Haddad, externado a pessoas próximas, a regulamentação permitirá a queda nos preços dos alimentos do país, recado que foi transmitido a Lula. A **inflação** dos alimentos passou a preocupar o presidente, que vinha cobrando seu time

por soluções.

Lula ainda fez críticas à forma como economistas veem a necessidade de corte de gastos no país.

- Tem duas coisas que fazem um país crescer: investir em educação e a outra é ter crédito. O problema é que tudo no Brasil é tratado como gasto. Empréstimo de dinheiro para pobre é gasto, colocar dinheiro na saúde é gasto, colocar dinheiro na educação é gasto. A única coisa que não é gasto é superávit primário. A única coisa que se trata como investimento é isso. O que é gasto? Eu sempre brigo com isso, porque nós discutimos coisas no Brasil que às vezes são secundárias - disse Lula.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/24/reforma-tributaria-sera-enviada-hoje-ao-congresso-entenda.ghtml>

Lula nega crise com Congresso e descarta reforma ministerial

■ LUCYENNE LANDIM MANUEL MARÇA. (Catia Seabra, Marianna Holanda e Renato Machado/Folhapress)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) minimizou ontem os problemas na articulação política entre o governo e o Congresso Nacional - apesar de críticas de deputados e senadores -, afirmou que o Executivo não pode viver em "briga eterna" com o Legislativo e descartou a possibilidade de uma **reforma ministerial**.

"Eu, sinceramente, não acho que a gente tenha problemas no Congresso. A gente tem situações que são normais na política", afirmou Lula durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto. "A gente não vai viver em uma eterna briga. Porque, se você optar pela briga, não aprova nada. O país é prejudicado", completou.

O presidente admitiu, porém, que existem divergências, classificadas por ele como "normais da política". "Qual é a briga com o Congresso? É o normal da divergência da política num Congresso Nacional que tem vários partidos políticos, que tem programas diferentes. A coisa mais normal é que, quando entra um projeto de lei ou uma medida provisória, tenha gente que queira incluir ou tirar alguma coisa", afirmou.

O petista destacou que não tem maioria no Congresso e, por isso, é preciso estar aberto a negociações. "Vamos só lembrar os números. Nós temos 513 deputados, e meu partido só tem 70. Nós temos 81 senadores, e o meu partido só tem nove".

Nas últimas semanas, a tensão na articulação política escalou a tal ponto que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chamou o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de "desafeto pessoal" e "incompetente". O político alagoano vem pressionando o Planalto pela troca no comando da articulação política.

Em meio à crise, Lula conversou com Arthur Lira no domingo (21), fora da agenda oficial. No entanto, negou que tenha sido uma reunião com o presidente da Câmara. "Se eu fizesse uma reunião com Lira e eu quisesse que a imprensa soubesse, eu falaria para a imprensa", afirmou, ao ser questionado sobre ter feito "reunião secreta".

O petista alegou que, caso fizesse uma reunião formal com o presidente da Câmara, ele chamaria os líderes de governo para participar. "Como foi uma conversa com dois seres humanos, eu não sou obrigado a falar da minha conversa com o Lira".

A expectativa é que Lula se encontre ainda nesta semana com Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para acalmar os ânimos e também para tentar evitar que o Legislativo avance com as chamadas "pautas-bomba".

ministério. O presidente da República disse ainda que uma **reforma ministerial** está fora de cogitação neste momento. Nas últimas semanas, interlocutores do Planalto davam como certa uma mudança no alto escalão. "O time está jogando e está jogando do jeito que eu acho que deve jogar. Portanto, não existe nenhuma previsão de **reforma ministerial** na minha cabeça nesse instante. A única coisa que existe na minha cabeça é que este país tem que dar certo", declarou.

Regulamentação Petista defende manter relator da PEC da **reforma tributária**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem manter na regulamentação da **reforma tributária** o mesmo relator do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema aprovada no ano passado, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ao menos um dos projetos de lei da regulamentação deve ser encaminhado ao Congresso ainda nesta semana. Segundo Lula, o texto do governo foi fechado na segunda-feira (22). Lula ressaltou que a indicação do relator é prerrogativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas afirmou que o deputado está familiarizado com o tema e as negociações, o que pode facilitar na tramitação do texto.

"Ontem (anteontem) nós fechamos a proposta final daquilo que vai (para o Congresso) para regulamentação da **reforma tributária**. O que seria ideal, do ponto de vista dos interesses da Fazenda, que já trabalhou na aprovação do projeto principal, é que tivesse o mesmo relator. O carajá está familiarizado, participou de todas as discussões, poderia ganhar tempo", disse. "Quem indica é

presidente da Câmara, longe de mim indicar, só gostaria que levassem em conta isso", afirmou sem citar nominalmente Ribeiro.

A regulamentação ainda neste ano é fundamental para os planos da equipe econômica. Isso, porque o governo vai precisar de cerca de R\$ 50 bilhões em receitas extras para cumprir a nova meta fiscal zero para as contas públicas de 2025.

Mesmo com o afrouxamento em relação ao alvo anterior, um superávit de 0,5% do **PIB**, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá de buscar arrecadação adicional para conseguir entregar o resultado no centro da meta. Não está nos planos do governo elevar alíquotas de **impostos**.

Roberto Campos Neto volta a ser alvo de críticas

O presidente Lula retomou ontem as críticas à alta taxa de juros, que é definida pelo Banco Central (BC), mas disse ter "paciência", já que o mandato do presidente da instituição, Roberto Campos Neto, está próximo do fim. "Quem já conviveu com Roberto Campos Neto um ano e quatro meses não tem nenhum problema com viver mais seis meses. Eu tenho toda a paciência do mundo, porque tenho que esperar até dezembro para mudar o BC", disse.

"O que eu espero é que o Roberto Campos leve em conta que o Brasil não corre nenhum risco. O que precisamos é que as pessoas preocupadas com o mercado tenham responsabilidade com o país", disse.

"O país não pode ficar tomando susto de que o mercado não gostou disto ou daquilo. O mercado está ganhando muito dinheiro com essa taxa de juros. E o presidente do BC tem que saber que quem perde dinheiro com essa taxa de juros alta é o povo, é o empresário brasileiro, que não consegue investir", frisou.

"Não há divergência (entre o governo e o Congresso) que não possa ser superada. Se não houvesse divergência, não haveria necessidade de a gente dizer que são Três Poderes autônomos." Presidente Lula

Saiba mais

No café da manhã com jornalistas, Lula falou sobre vários assuntos. Confira:

Economia: "A economia em 2024 vai crescer mais do que todos os analistas econômicos falaram até agora, todos, sem distinção. E vai crescer porque as coisas estão acontecendo no Brasil. E eu não esqueci da cervejinha e da picanha. Eu ainda falo até hoje. O preço da carne já baixou, mas tem que baixar muito

mais".

"Saidinha" de presos: "Eu segui a orientação do Ministério da Justiça e vetei. Se o Congresso derrubar, é problema do Congresso. Eu posso lamentar, mas tenho que acatar. Vetamos a proibição de o cidadão que não tenha cometido crime hediondo possa visitar os parentes. É uma coisa de família, é uma coisa sagrada".

Petrobras: "Eu não vejo problema na Petrobras. O fato de ter uma divergência, uma colocação equivocada, faz parte da existência do ser humano. Às vezes, uma palavra mal colocada cria uma semana de especulação. Mas eu posso dizer que a Petrobras está tranquila".

Greve dos servidores: "Acho que é um direito legítimo (fazer greve), só que eles têm que compreender que eles pedem o quanto querem, a gente dá o quanto a gente pode. E aí tudo volta ao normal, e eu espero que todo mundo volte a trabalhar. Estamos fazendo muitos concursos e queremos fazer uma regulação das carreiras".

Eleições na Venezuela: "Está acontecendo uma coisa extraordinária, a oposição tuda se reuniu e está lançando um candidato único. A perspectiva é que, quando terminar esse pleito, as pessoas voltem à normalidade, ou seja, quem ganhou toma posse e governa. Quem perdeu se prepara para outras eleições".

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Lula tem a melhor condição para governar desde que assumi a Câmara, diz Lira

Natália Coelho

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem o cenário mais favorável para governar desde que o deputado assumiu o cargo, em 2021. Se você olhar três anos de trabalho meu para frente: qual pauta-bomba foi pautada, qual instabilidade [ocorreu na transição] de um governo para outro? Não há nenhum governo desde que entrei na presidência da Casa que tenha tido melhores condições de governar o País, afirmou Lira, em entrevista ao programa *Conversa com Bial*, exibido pela TV Globo na noite da terça-feira, 23.

O deputado citou a aprovação da **reforma tributária**, no ano passado, como um exemplo da boa relação com a gestão petista, a despeito dos desacertos com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. No início do mês, Lira chamou Padilha de desafeto pessoal e de incompetente. Eu tenho erros e acertos e não tenho problema de reconhecê-los, disse o presidente da Câmara, na entrevista.

Sobre a relação com Lula, Lira afirmou que não tem do que se queixar. Ele se preocupa com a equiparação do nível de crescimento, principalmente das camadas mais pobres. Na noite do domingo, 21, ambos se encontraram no Palácio da Alvorada.

Lira criticou deputados da base governista ligados a minorias que recorrem ao Judiciário para contestar derrotas que sofrem no Congresso e sugeriu a possibilidade de impor restrições à apresentação de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da Câmara também negou ter um deputado preferido para suceder-lhe no cargo, em fevereiro. Nenhum deputado ouviu de mim que meu candidato é A, B ou C, disse.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lula-tem-a-melhor-condicao-para-governar-desde-que-assumi-a-camara-diz-lira,085728d8257455a294e71ee1e96cad257w7tcckx.html>

Lula repete que, no Brasil, "tudo é tratado como gasto"

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Gabriela Pereira

Em meio às incertezas sobre o cumprimento das metas fiscais fixadas para os próximos anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar a cobrança feita por analistas e agentes do mercado financeiro para que o governo alcance superávit nas contas públicas. Em café da manhã com jornalistas, Lula defendeu que o que ele considera como investimento é chamado de "gasto", ao defender medidas para ampliar despesas com saúde e ampliação do crédito.

"Aqui no Brasil, tudo é tratado como se fosse gasto. Empréstimo de dinheiro para pobre é gasto, colocar dinheiro na saúde é gasto, colocar dinheiro na educação é gasto. A única coisa que parece investimento é superávit primário", disse o presidente.

A declaração foi dada em um contexto em que o presidente defendia medidas para incentivar o crescimento econômico (ampliação de investimentos e incentivo ao crédito, por exemplo), como o pacote lançado pelo governo na segunda-feira, com foco em micro e pequenos empresários. O programa, no entanto, não é baseado em novos desembolsos por parte do Tesouro Nacional, mas sim no remanejamento de recursos de fundos garantidores já existentes e na captação de um fundo pelo Sebrae.

"O que fizemos ontem [segunda-feira] foi fazer com que a roda possa girar envolvendo a grande maioria do povo brasileiro. O Desenrola vai abater dívidas em até 90%. Esta foi possivelmente a última proposta que anunciamos porque agora precisamos saber o tamanho da safra que vamos colher. Mas estou altamente convencido de que vamos colher um sucesso extraordinário", afirmou o presidente, em outro momento da entrevista.

Desde o início do mandato, Lula defende a argumentação de que gasto e investimento são conceitos diferentes. Para o cálculo do equilíbrio das contas públicas, no entanto, tanto as despesas de custeio da máquina pública como a realização de obras e outros programas pressionam o limite fiscal.

A nova declaração do presidente em defesa de uma ampliação de despesas ocorre após a repercussão

negativa da revisão das metas fiscais para os próximos anos. De acordo com o novo plano do governo, o objetivo para 2025, inicialmente fixado em superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), passou a ser zero. A meta de déficit zero para 2024 não foi alterada.

A mudança de rumos, aliada às incertezas em relação ao comportamento da taxa de juros nos Estados Unidos, fez agentes do mercado revisarem as projeções para a trajetória da taxa Selic, hoje em 10,75% ao ano.

Questionado sobre essa revisão de expectativas, Lula defendeu que o Brasil é um país seguro. "Este país é muito seguro", disse. "O que precisamos é que as pessoas preocupadas com o mercado se preocupem com o Brasil", complementou.

Lula voltou a criticar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, cujo mandato à frente do órgão termina no fim do ano. Desde o início do mandato, o petista tem criticado a condução da política monetária de Campos Neto, indicado pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro.

O presidente não antecipou quando pretende decidir sobre a indicação do novo chefe da autarquia e ironizou sua relação com o economista, ao afirmar que "quem conviveu" com o atual presidente do BC por um ano e quatro meses, não tem problema em fazer isso por "mais seis meses".

"Tenho que ter paciência porque tenho que esperar até o fim do ano. Com todo respeito ao mercado, eu gosto mais do Brasil do que o mercado. O que martelo minha cabeça não é o mercado, não sou movido ao mercado. Sou movido pelo povo pobre e para a classe média", afirmou, ao comentar a reação de agentes do setor financeiro, normalmente motivadas por incertezas em relação à sustentabilidade das contas públicas.

Em outra frente relacionada ao quadro fiscal, Lula afirmou que sinalizou que seu governo considera conceder reajuste salarial para "todos" os servidores federais. A promessa tem relação com a ameaça de greve pelo país.

"O pessoal estava muito, muito, muito reprimido [nos

governos anteriores], eles não faziam greve há muito tempo, não tinha aumento de salário há muito tempo. Nós estamos preparando aumento de salário para todas as carreiras e vão ter aumento. Nem sempre é tudo que a pessoa pede. Muitas vezes é aquilo que a gente pode dar", disse.

O presidente não sinalizou quando os reajustes seriam concedidos. No início do mês, antes do envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou um aumento linear para este ano, já que o Orçamento estava fechado.

Lula fez um aceno aos grevistas dizendo que "ninguém será punido" por eventuais paralisações.

"A única coisa que parece investimento é superávit primário" Lula

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6§ion=1)**

A complicada arte de baixar os juros (Artigo)

Por Martin Wolf

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

O curso da desinflação nunca é suave. No fim do ano passado, os mercados de futuros embutiram em seus preços seis cortes nas taxas de juro dos Estados Unidos em 2024. Minhas próprias expectativas também tinham se tomado bastante otimistas. Mas hoje, depois de três trimestres consecutivos de **inflação** alta persistente, o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, avisa que é provável que demore "mais do que o esperado" para que a **inflação** volte à meta de 2% e justifique cortes nas taxas de juro. As previsões do mercado para cortes nas taxas foram devidamente modificadas. Alguns sugerem que serão adiadas para dezembro, em parte para evitar cortes antes das eleições presidenciais marcadas para novembro. No entanto, nenhuma reavaliação semelhante surgiu na zona do euro: o primeiro corte ainda é esperado para junho.

Há lições a tirar desta história. Uma delas é a incerteza inerente a qualquer processo desinflacionário. Outra é a dificuldade de leitura dos dados: neste caso, uma parte da explicação para os números robustos recentes do "núcleo" da **inflação** dos preços ao consumidor é o "Owners Equivalent Rent of Residences" (quanto teria de ser pago para substituir uma casa própria por uma alugada). No entanto, este é apenas um valor atribuído. Ainda não está claro se alguma mudança fundamental aconteceu no processo desinflacionário dos EUA. Uma última lição é que, embora seja evidente que há alguns fatores em comum com o processo inflacionário do outro lado do Atlântico, as economias dos EUA e da zona do euro têm sido diferentes: a primeira é muito mais dinâmica.

O último relatório Perspectivas da Economia Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI) oferece uma comparação quantitativa esclarecedora dos processos inflacionários nos EUA e na zona do euro, derivada da média de três meses da **inflação** anualizada. O aperto do mercado de trabalho tem sido muito mais significativo em alimentar a **inflação** nos EUA do que a da zona do euro e, o que é crucial, este continua a ser o caso. Ao mesmo tempo, os efeitos do "repasse" dos preços mundiais mais altos, em particular os da energia, foram muito maiores na zona do euro. Isso tornou crível a ideia de que a **inflação** na zona do euro é mais "temporária" do que a dos EUA. O que tem

implicações para a política monetária.

Mais dois dados ajudam a elucidar o que está acontecendo. Um deles é a demanda interna nominal. Tanto nos EUA como na União Européia, a demanda nominal agregada durante a pandemia de covid-19 caiu muito abaixo da tendência de níveis de crescimento de 2000-2023. No segundo trimestre de 2020, a demanda nominal ficou até 12% abaixo da tendência nos EUA e 14% abaixo da tendência na zona do euro.

No quarto trimestre de 2023, pelo contrário, estava 8% acima da tendência nos EUA e 9% acima da tendência na zona do euro (onde a tendência de crescimento também era mais fraca). Esse crescimento explosivo da demanda nessas duas economias decisivas deve ter causado choques de oferta, além de meramente acomodá-los. Mas esse é o passado. No ano de 2023 até o quarto trimestre, a demanda nominal cresceu apenas 5% nos EUA e 4% na zona do euro. O primeiro ainda está um pouco alto, mas mesmo assim está cada vez mais próximo do que é necessário.

Um segundo dado relevante diz respeito ao dinheiro. Continuo com a opinião de que essas quantidades não devem ser ignoradas ao avaliar as condições monetárias. A pandemia teve não só enormes aumentos nos déficits fiscais, como também um crescimento explosivo do agregado monetário amplo. No segundo trimestre de 2020, por exemplo, a relação entre o M2 dos EUA e o Produto Interno Bruto (**PIB**) ficou 28% acima da tendência linear de 1995-2019. Já no quarto trimestre de 2023, voltou a ser apenas 1% mais alta. Para a zona do euro, essas proporções foram de 19% e de menos 7%, respectivamente. Esses números mostram um movimento monetária enorme de expansão e queda. No futuro, a pressão desinflacionária pode revelar-se excessiva.

Então, o que precisa ser feito agora? Ao responder esta questão, os diretores dos principais bancos centrais precisam lembrar-se de quatro pontos cruciais.

O primeiro é que terminar com a **inflação** muito abaixo da meta é, como já aprendemos, muito ruim, porque corre-se o risco de tornar a política monetária ineficaz. Os bancos centrais devem agir com base na premissa de que as consequências de ser restritivos demais podem revelar-se quase tão ruins como as de um relaxamento excessivo. Além disso, não é uma questão trivial que a primeira atitude possa ser

particularmente prejudicial para devedores vulneráveis em todo o mundo.

Um segundo ponto é que a incerteza é uma faca de dois gumes. É uma verdade evidente que a demanda, e portanto a **inflação**, podem mostrar-se grandes demais, em especial nos EUA. Mas também podem se revelar muito fracas. As políticas que eliminariam a mera possibilidade da primeira acontecer poderiam transformar a segunda em uma certeza. Assim, embora o objetivo seja, corretamente, fazer que a **inflação** esteja dentro da meta, não faz nenhum sentido pagar qualquer preço para alcançar esse objetivo: ele não é infinitamente valioso.

O terceiro ponto é que existem problemas criados pela determinação de eliminar a própria possibilidade de precisar mudar de rumo. Se partimos da premissa de que o primeiro corte nas taxas de juro precisa ser seguido por muitos outros na mesma direção, o grau de certeza necessário antes de começar será demasiado grande. O preço de esperar até ter certeza provavelmente será o de esperar tempo demais.

O último ponto é que ser dependente de dados de fato faz sentido. Mas novos dados só têm importância se afetam materialmente as previsões para o futuro. O que importa não é o que está acontecendo neste momento, mas o que acontecerá nos próximos meses ou mesmo anos, à medida que as políticas anteriores tiverem seu efeito no sistema. Novas informações devem ser vistas por essa lente. Há boas razões para supor que as notícias recentes sobre a **inflação** nos EUA não são muito significativas. A menos que o Fed esteja razoavelmente seguro de que são, deve ignorá-las.

É agora que as decisões começam a ficar realmente complicadas. Há dois anos, era evidente que a política monetária tinha de ser mais apertada: o risco de entrarem um mundo de **inflação** alta era grande demais. Mas hoje está claro que o Banco Central Europeu (BCE) deve começar um relaxamento muito em breve. A situação subjacente nos EUA é mais equilibrada. Mas o Fed também não pode esperar eternamente.

Há dois anos era evidente que a política monetária tinha de ser mais apertada. Hoje está claro que o BCE deve começar um relaxamento muito em breve. A situação subjacente nos EUA é mais equilibrada, mas o Fed também não pode esperar eternamente

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851?page=6§ion=1>

BCE e Fed

O Banco Central Europeu (BCE) terá em conta o progresso do Federal Reserve (Fed, banco central americano) na redução da inflação quando decidir o ritmo dos cortes na sua taxa de juro após uma primeira medida em junho, disse o vice-presidente Luis De Guindos ao "Le Monde". "Supondo que não haja surpresas até lá; é um "fato consumado"", disse. O BCE sinalizou que irá reduzir a sua taxa diretora em junho, mas o Fed indicou recentemente que é provável que o faça no final do ano, uma vez que a inflação nos EUA permanece mais elevada do que o previsto. Essa divergência poderá enfraquecer o euro e fazer subir os preços dos bens e serviços importados, alimentando a inflação na zona euro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851>

Instituições pedem mudança em proposta de regra para crise

Gabriel Shinohara De Brasília

Os bancos e as instituições de pagamentos se mostraram preocupados com alguns pontos da proposta de resolução e de recuperação para o setor apresentada pelo Banco Central (BC) em consulta pública. Um dos pontos citados é a definição de "funções críticas" contida na minuta, além de especificação sobre quais tipos de instituições serão contempladas na regra.

A regulamentação trata de duas questões diferentes sobre enfrentamento de crises das instituições financeiras. A primeira é a implementação do planejamento de recuperação e resolução. A recuperação acontece quando há um processo de restabelecimento da viabilidade da instituição. Já a resolução ocorre quando a instituição não tem viabilidade e as medidas são para preservar funções consideradas críticas e diminuir os danos. A segunda questão é a elaboração e remessa do Plano de Recuperação e de Saída Organizada (PRSO), documento com diagnósticos e andamento dos processos. O prazo para envio de contribuições da consulta pública terminou na segunda. Agora, o BC deve analisar os insumos apresentados.

A proposta de novo regramento se aplica às instituições do Segmento 1 (SI), que são bancos com porte maior ou igual a 10% do PIB. Segundo o BC, apenas Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa, Itaú e Santander se encaixam no SI.

Em contribuição ao processo, a ABBC, que representa os bancos médios, propôs mudanças para especificar as regras para instituições fora do SI. A ABBC também propõe, entre outros pontos, que o BC torne público as funções que considerar críticas. Além disso, defende que essas instituições fora do SI tenham um prazo de no mínimo 24 meses para apresentar os planos ou, alternativamente, 12 meses, caso o BC entenda que "instituições que não se enquadrem no SI não devem ter prazo maior para adaptação".

Já a Abipag, que representa instituições de pagamentos fora dos grandes bancos, pede a exclusão da norma das instituições de pagamento, sociedades de crédito direto (SCD), sociedades de empréstimo entre pessoas e sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.

Segundo a Abipag, a Financial Stability Board (FSB), que consolidou as recomendações sobre o tema, determina que funções críticas são as desempenhadas por instituições sistemicamente importantes e cuja descontinuidade repentina represente risco de contágio. A associação defende que as instituições de pagamento não se enquadram no segundo quesito por conta da regra específica de regime patrimonial, que determina, entre outras coisas, segregação patrimonial de terceiros em títulos públicos federais ou em espécie no BCB.

A segunda proposta da Abipag é de retirar da minuta a previsão de que os contratos firmados com terceiros prestadores de serviços críticos devem "incluir cláusulas específicas que impeçam a rescisão contratual desencadeada por evento de decretação de regime de resolução". A associação sugere que nesses casos, o terceiro deverá dar acesso, para o responsável pelo regime de resolução, às informações como contratos e acordos referentes aos serviços prestados.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) também propôs mudanças sobre o tema de "funções críticas". Segundo a federação, as definições de funções críticas e de serviços críticos na resolução estão muito amplas e podem trazer insegurança jurídica.

No caso das funções críticas, por exemplo, a proposta da Febraban é que sejam definidas como "atividades executadas por um conglomerado prudencial ou por uma entidade, para terceiros, que representem atividade essencial à economia e cuja substitutibilidade não possa ser implementada tempestivamente de modo a comprometer, de forma fundamentada pelo BC, a estabilidade do SFN, do SPB ou da economia".

Assim como a Abipag, a Febraban demonstrou preocupação com a determinação de cláusulas específicas que impeçam a rescisão contratual de terceiros prestadores de serviços por prazo de no mínimo 12 meses no caso de resolução. A federação sugeriu a exclusão desse trecho ou, alternativamente, a flexibilização da obrigação.

Banco Central deve analisar os insumos apresentados e apresentaras regras

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187851>

Mercado financeiro prevê crescimento do PIB acima de 2%

São Luís - O mercado financeiro elevou pela décima vez consecutiva a projeção do crescimento da economia brasileira para este ano. Segundo o boletim Focus divulgado ontem (23) pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve fechar o ano em 2,02%. Há uma semana, a projeção era que o índice ficasse em 1,95%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2025, o mercado prevê um crescimento de 2%, o mesmo das últimas 19 semanas. Índice que se repete em 2026 e 2027.

O boletim indica, por outro lado, um aumento na **inflação** que, segundo os analistas, deve fechar o ano em 3,73%. Há uma semana, a previsão era que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficasse em 3,71%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a projeção é de que a **inflação** fique em 3,6% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027.

Em relação aos juros básicos da economia, o mercado projetou uma diminuição no ritmo de queda da taxa Selic. Os analistas acreditam que a referência para os juros

no país deve ficar em 9,5% neste ano. Há uma semana a previsão era de 9,13% e há quatro semanas a previsão era de que a Selic fechasse o ano em 9%.

Nas duas últimas reuniões, o corte na Selic foi 0,5 ponto percentual. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC já indicou que poderá não repetir o mesmo ritmo de corte.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2025, em 9%. A estimativa para 2026 é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano. A mesma previsão para 2027.

Câmbio - O boletim prevê aumento no valor do câmbio em dólar. Segundo o Focus, em 2024, a moeda fecha o ano em R\$ 5,00. Há quatro semanas a previsão era de que a moeda norte-americana ficasse em R\$ 4,95.

Para 2025, a projeção também é de aumento do dólar, que deverá ficar em R\$ 5,05. Para 2026, a previsão é que o câmbio feche em R\$ 5,10. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-24-04-2024/>